Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: maio de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Em 6 estados, Bolsa Família já atende metade da população – O Globo – Capa – 03/05/2009.....5

Bolsa Família atingirá 1 em cada 3 brasileiros em 2010 - Leila Suwwan – O Globo – O País – 03/05/2009 5

'Bolsa não é aposentadoria', diz coordenadora - Letícia Lins e Isabela Martins – O Globo – O País – 03/05/2009.....7

Benefício é única renda certa para mãe de 6 filhos - Letícia Lins e Isabela Martin – O Globo – O País – 03/05/2009.....8

'Se eu acabar, ninguém fará meu trabalho' - Leonora Brunetto entrevistada Flávio Freire – O Globo – O País – 03/05/2009 9

Oposição minimiza ampliação do Bolsa Família - Isabel Braga e Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 04/05/2009.....10

A economia precisa ser sustentável e verde – Ed Miliband – Valor econômico – Opinião – 04/05/2009.....11

Educação e agricultura contratam em SP – Valor Econômico – Brasil – 05/05/2009.....14

Bolsa Família: Nota do MDS sobre relatório do TCU – Sítio Eletrônico do MDS – 06/05/2009.....14

Desvios no Bolsa Família chegam a R$ 318 mi por ano – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2009.....17

Governo diz que já cancelou alguns benefícios – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2009.....18

TCU flagra 577 políticos com Bolsa – Demétrio Weber – O Globo – O País – 07/05/2009.....19

Ministério diz que já cancelou 172 – Demétrio Weber – O Globo – O País – 07/05/2009.....22

Os transgênicos voltam à pauta – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/05/2009 22

ONGs cobram mais controle no Bolsa-Família - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2009.....24

Desvios no social – O Globo – Opinião – 08/05/2009 26

Balança comercial do agronegócio: exportações em abril registram alta de 24,4% em reais – Sìtio Eletrônico do MAPA – 08/05/2009 27

Agricultura familiar sofre com chuvas no Nordeste – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2009..... 28

PSDB fará defesa do Bolsa-Família no NE - Julia Duailibi – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2009 29

Entrevista nem tão imaginária – João Ubaldo Ribeiro – O Globo – Opinião – 10/05/2009..... 31

Bolsa fraudada – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 11/05/2009..... 32

Terras indígenas e reservas possuem 30% do carbono estocado na Amazônia – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil – 12/05/2009..... 34

Renda agrícola deve subir apenas no Norte do país – Valor Econômico – Agronegócios – 12/05/2009..... 35

Patrus ataca mídia por noticiar fraude no Bolsa-Família - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2009..... 36

PSDB afina discurso pró-Bolsa Família – Wagner Gomes – O Globo – O País – 16/05/2009..... 37

Oficina debate microcrédito para beneficiários do Bolsa Família em Recife – Sítio Eletrônico do MDS – 13/05/2009 39

Governo vai antecipar Bolsa Família para vítimas de chuvas no Nordeste – Efrém Ribeiro – O Globo – O País – 15/05/2009..... 40

Governo agora quer incluir sem-terra no Bolsa Família – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009..... 40

Bolsa reduziu base de apoio dos sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009..... 42

MDS inicia expansão do Bolsa Família para atender população vulnerável – Sítio Eletrônico do MDS – 18/05/2009 43

CNA apóia Bolsa Família nos acampamentos – Sítio Eletrônico da CNA – 19/05/2009..... 45

Mais sem-terra receberão Bolsa-Família – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2009 46

Agronegócio e serviços sustentam alta do emprego – Estado de São Paulo – Capa – 19/05/2009..... 47

Emprego reage, mas lentamente – Isabel Sobral – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/05/2009 47

Morador de rua também terá Bolsa Família – O Globo – Capa – 20/05/2009 48

Bolsa Família inclui até moradores de rua – Demétrio Weber – O Globo – O País – 20/05/2009 48

Famílias nas calçadas – Luiz Garcia – O Globo – Opinião – 22/05/2009 49

Políticas Sociais são resistência à crise, afirma ministro Patrus Ananias em Recife – Sitio Eletrônico do MDS – 23/04/2009 50

Nação Guarani – DenisLerrerRosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/05/2009 52

Fusão Perdigão-Sadia preocupa avicultores – José Mashio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009 54

Sadia admite paradas para adequar oferta – José Mashio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009 55

Nova empresa traz otimismo a produtor de suíno – José Mashio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009 56

Associação prevê vender mais aves à Ásia – Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009 56

Muito além do Bolsa Família – Rodrigo Maia – O Globo – Opinião – 28/05/2009 57

China, Bolsa Família, BC e o real – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/07/2009 59

Em 6 estados, Bolsa Família já atende metade da população – O Globo – Capa – 03/05/2009

Em algumas cidades do Nordeste, mais de 90% dos moradores são beneficiados O Bolsa Família, maior programa social do governo Lula, atingirá em 2010, ano eleitoral, um em cada três brasileiros.

Hoje o benefício já chega, direta ou indiretamente, a 29% da população — sendo que, em seis estados do Nordeste, mais da metade dos moradores vive do programa, segundo levantamento do GLOBO com base em dados oficiais. No Maranhão, no Piauí e em Alagoas, de 58% a 59% da população dependem do Bolsa Família. Na cidade de Junco do Maranhão, 95,7% das famílias vivem do programa.

Para o governo federal, a grande abrangência é positiva, e os estados é que devem cuidar do combate às causas estruturais da pobreza. Para especialistas, é preciso criar saídas para romper o ciclo de miséria e evitar a exploração política da transferência de renda. Páginas 3 a 8

Bolsa Família atingirá 1 em cada 3 brasileiros em 2010 - Leila Suwwan – O Globo – O País – 03/05/2009

Em seis estados, programa beneficia mais da metade dos moradores Depois de ver minguar a marca Fome Zero logo após assumir em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechará seu segundo mandato em 2010, ano eleitoral, com o programa Bolsa Família nos lares de um entre cada três brasileiros. Hoje, o benefício chega direta ou indiretamente a 29% da população — e praticamente metade das pessoas em seis estados do Nordeste estão no raio de ação dessa distribuição de renda.

Os dados revelam a dependência de alguns estados e de milhares de municípios. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 1.200 cidades (20%) do Brasil, a cobertura do benefício varia de 50% a 96% das famílias. Nos casos mais dramáticos, o auxílio mensal — de R$ 20 a R$ 182 — é a principal fonte de renda dos municípios.

A situação é mais crítica no Maranhão, no Piauí e em Alagoas, onde de 58% a 59% da população são beneficiárias direta ou indiretamente pelo Bolsa Família. No Maranhão está a maioria dos municípios com extrema dependência do programa (mais de 90%). Segundo dados oficiais do MDS, a cidade de Junco do Maranhão, com 4.101 habitantes, tem 95,7% das famílias atendidas pelo programa. Essa é a maior cobertura registrada pelo governo.

Em segundo lugar, aparece Severiano Melo, no Rio Grande do Norte, com 5.728 habitantes e 95,4% das famílias com o Bolsa Família.

O alcance direto e indireto do programa foi calculado pelo GLOBO a partir do cruzamento do número de benefícios pagos com a média de pessoas que vivem em cada casa atendida pelo Bolsa Família, calculado na Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (Pnad 2006, do IBGE).

Na média, cada domicílio contemplado no Nordeste tem 4,8 moradores. No Norte, 5,3. Os moradores não pertencem, necessariamente, ao mesmo núcleo familiar. Mas, diante da situação de pobreza, podem se beneficiar indiretamente do ingresso da renda.

Dessa forma, os 11 milhões de bolsas pagas em março atenderam 52,9 milhões de pessoas direta ou indiretamente.

Com a elevação do teto de renda máxima das famílias beneficiadas, o governo ampliará gradativamente o atendimento até 12,9 milhões de lares e poderá chegar a 33% da população do país.

O MDS contesta essa medida e considera como beneficiários apenas os integrantes cadastrados da família, numa média nacional de 4,5. Dessa forma, 24% da população são atendidas e o grau de dependência estadual é menor.

Apesar dessa diferença, a secretária nacional de Renda e Cidadania, Lúcia Modesto, considera positiva a abrangência numérica e diz que cabe aos estados combater de forma mais localizada as causas estruturais da pobreza.

O debate sobre o caráter assistencialista do Bolsa Família, para ela, só acabará a médio prazo, quando houver evidências empíricas de mobilidade social.

— O dado é indicação de que o programa está chegando nas regiões mais pobres. Mas é importante que os estados implementem políticas de inserção.

É preciso que olhem para suas populações pobres. Mas não me parece que hoje temos uma situação de construção de um conformismo das condições socioeconômicas — diz.

Ela não falou especificamente sobre o Maranhão. Sobre Alagoas, disse que o Bolsa Família e benefícios previdenciários são uma fonte de renda mais importante que a extração da cana-de-açúcar. E que, em muitas cidades nordestinas, o programa repassa mais recursos que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com o professor Elimar Nascimento, da Faculdade de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), o Bolsa Família avança de forma salutar, mas peca ao não ser integrado a outras políticas que permitam que os beneficiários rompam com o ciclo de pobreza.

— O objetivo estratégico de um programa assim não é atender a todo mundo, é criar condições para que a pessoa deixe o programa. É evidente que não se pode atingir esse objetivo com todas as pessoas. Há aqueles em situações extremamente precárias. Famílias que têm pobreza estrutural, não têm renda, não têm bens, não têm meios de obter renda. É um conjunto da população que precisa ser protegido — disse

Nascimento. — Agora, do ponto de vista político, moral e ideológico, a saída é fundamental.

A crítica relativa ao populismo eleitoral, mais frequente entre adversários políticos, será testada em 2010, segundo o sociólogo: — Quando não há informação para as pessoas, se criam condições favoráveis para que pequenos políticos possam dizer que são os

responsáveis, e isso cria uma "dívida". Além disso, temos uma cultura de populismo e dependência ainda muito arraigada — diz Nascimento.

Em contraste com Norte e Nordeste, o grau de cobertura do Bolsa Família é menor que 20% no eixo Sul-Sudeste, com Paraná, Rio Grande do Sul, Rio, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal no final do ranking.

'Bolsa não é aposentadoria', diz coordenadora - Letícia Lins e Isabela Martins – O Globo – O País – 03/05/2009

Pernambuco, com 3,4 milhões de beneficiados, divide com o Ceará o 5o- lugar no ranking de cobertura do programa RECIFE. Até março, Pernambuco tinha 941,1 mil famílias atendidas pelo Bolsa Família, somando 3,4 milhões de beneficiados.

Em Recife são 116.103 pessoas atendidas, totalizando 394 mil beneficiados em 1,5 milhão de habitantes. Com a elevação da renda máxima de R$ 120 para R$ 137 para inscrição no programa, a procura vai aumentar na capital.

Serão 140 mil inscritos, segundo a secretária de Assistência Social de Recife, Karla Menezes.

Por mês, o programa injeta R$ 92,2 milhões na economia pernambucana.

A cada mês há cortes e novas inscrições. A mãe precisa comprovar que crianças de 6 a 7 anos têm frequência escolar de 85%, enquanto as de 16 a 17 precisam fazer parte de 75% das ações socioeducativas do programa de erradicação do trabalho infantil. A qualificação dos pais deixa a desejar.

Em Recife, a demanda de cursos é superior à oferta. Foram abertas 5,5 mil vagas, mas há fila de espera para novas turmas.

São 19 cursos profissionalizantes, sendo nove na área de turismo e dez na de construção.

Com quase um milhão de pessoas vivendo na extrema indigência — com até 1/8 do salário mínimo por mês —, o Ceará divide com Pernambuco o 5º lugar no ranking da cobertura do Bolsa Família. Nos 184 municípios, chegam a 907.203 mil os benefícios. O alcance do programa cobre 44% da população, considerando uma família média de quatro pessoas.

Coordenadora estadual do Bolsa Família, Silvana Crispim não sabe dizer quantas famílias saíram do programa por melhorar de vida. Segundo ela, a qualificação, que pode abrir a porta de saída, começou a ser trabalhada recentemente.

— Bolsa Família não é aposentadoria.

Mas não podemos dizer que as famílias vão sair já — diz Silvana.

Benefício é única renda certa para mãe de 6 filhos - Letícia Lins e Isabela Martin – O Globo – O País – 03/05/2009

Crianças também ajudam a catar latinhas nos dias de jogo

RECIFE e FORTALEZA. Aos 29 anos, com seis filhos, sem emprego e morando em um casebre sem água encanada nem banheiro, a pernambucana Ionice Farias Pessoa é uma das 941.100 pessoas inscritas no Bolsa Família em Pernambuco.

No entanto, ela está longe de atingir o objetivo exaltado pelo Planalto de garantir um mínimo de três refeições diárias aos brasileiros. Recebe R$ 122 do programa, não tem outro tipo de renda — a não ser alguns trocados com a venda de vasilhames de cerveja —, e é comum a família comer apenas uma vez por dia.

Sustentando a casa, ela afirma que a comida falta na mesa quando se aproxima o fim do mês. O jeito é racionar alimentos e fazer só uma refeição diária. A família come o que tiver: feijão ralo de manhã ou à noite, um pouco de farinha de mandioca e coisas doadas por vizinhos um pouco menos pobres.

Órfã de pai e mãe, Ionice herdou o imóvel onde mora. Quando chove, o cubículo único que serve de quarto, sala e cozinha fica alagado. A casa praticamente não tem mobília: uma mesa e prateleiras de madeira reaproveitada. Uma espuma serve de única cama da casa, onde dormem todos juntos.

A contrapartida do programa Ionice faz como pode: os filhos mais velhos, Lenice, de 13, Vitor, de 11, Tatiane, de 9, e Taciana, de 8, estão na escola. Em casa cuida de Ranieli, de 4, e de José Filipe, de 6 meses. E tenta manter em dia a vacinação das crianças. Ionice não sabe ler. Os maiores ajudam a mãe a catar latinhas em dia de jogo. A última venda para uma empresa de reciclagem rendeu R$ 16.

Diferentemente de boa parte dos beneficiários do interior, que conseguem comprar até eletrodomésticos a prestação com o benefício, o único que ela tem é uma televisão. Doada.

Curso de qualificação só atendeu 1% dos beneficiados Em Fortaleza, na casa de Edna Maria Silva Gabriel, de 48 anos, o dinheiro do programa, que este ano passou para R$ 152, é a única renda garantida para alimentar dez pessoas, incluindo três crianças de 1, 4 e 8 anos de idade. Ela, as seis filhas e três netas moram em Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, numa casa de dois cômodos, sem saneamento.

Edna é beneficiária do programa há muitos anos. Começou com o Bolsa Escola, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, depois unificado no Bolsa Família. Com os anos, a ajuda passou de R$ 45 para os atuais R$ 152. A família é totalmente dependente do Bolsa Família e de parentes.

Em Fortaleza, 1.265 pessoas passaram por programas de qualificação, como projetos na área da construção civil e costura. O número representa menos de 1% do total de 145.415 mil beneficiadas na capital.

'Se eu acabar, ninguém fará meu trabalho' - Leonora Brunetto entrevistada Flávio Freire – O Globo – O País – 03/05/2009

Religiosa que defende direito de agricultores em Mato Grosso diz que não desistirá, apesar de dois atentados e ameaças

Quatro anos depois da morte da missionária americana Dorothy Stang em Anapu, no Pará, uma outra freira ativista de direitos humanos corre o risco de também ter um destino trágico. A irmã Leonora Brunetto, de 63 anos, 40 deles dedicados aos pobres, vive sob ameaça de morte no Norte de Mato Grosso, onde desenvolve um trabalho de conscientização junto a pequenos agricultores e sem-terra. Sem esconder o medo de falar por telefone — pelo qual tem recebido inúmeras ameaças —, ela disse que não vai desistir da sua luta contra fazendeiros que teriam invadido áreas públicas e grilaram terras. "Tenho compromisso com o Evangelho", disse ela, em entrevista exclusiva. "Tento segurar minha vida ao máximo, faço o que eu posso, mas se acontecer, o que eu posso fazer?", diz a freira, sobre as ameaças de morte que vem sofrendo. "Se eu acabar, ninguém vai fazer meu trabalho. E uma a mais ou uma a menos fazendo o meu trabalho faz diferença".

O GLOBO: A senhora está sendo ameaçada por conta de conflitos agrários em Mato Grosso?

LEONORA BRUNETTO: A gente não quer dizer, mas é por aí.

Na verdade, não falam coisa com coisa, falam só besteiras.

"Você está?", "Vai ficar bem?", "Espere um pouco, vai chegar a sua vez".

Por que a senhora está sendo ameaçada? LEONORA: Pela situação de trabalho escravo, da destruição das matas, da luta pela agricultura familiar. É difícil falar sobre isso porque meu telefone está sempre clonado. Já fui muito ameaçada. No ano passado, havia parado, mas recomeçou.

Já sofreu algum atentado? LEONORA : Dois, mas pelo amor de Deus, é uma história muito ruim. Passaram a noite rodeando a minha casa e vizinhos me ligaram para dizer que (gente dos fazendeiros) estavam rodando.

Ficamos em vigília. Aí, um amigo veio aqui para casa para nos proteger. E nesse mesmo dia, à tarde, o mataram ele.

'Foram sete mortos só num acampamento'

Como foi o outro atentado? LEONORA: Não posso falar pelo telefone, é difícil falar sobre isso ao telefone.

Agricultores e sem-ter ra também são ameaçados? LEONORA: Para eles, as ameaças chegam de forma direta, passam com caminhonete em cima deles, das motos deles, e também das plantações.

São madeireiros as pessoas que fazem as ameaças? LEONORA: Não. São fazendeiros. Eles não querem a retomada das áreas públicas. O maior problema são áreas griladas da União. Os agricultores estão com o Incra, lutando por assentamento, mas os fazendeiros não querem deixar entrar.

Nossa luta é ao lado da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Já foram registradas mortes aí na região de Nova Guarita (divisa de Mato Grosso e Pará)?

LEONORA : Aqui em Mato Grosso? Só num acampamento foram sete mortos, entre 2004 e 2006. Em outro foram mortos mais dois.

A senhora está recebendo proteção da Polícia Federal? LEONORA: É, fico meio escondida.

Volta e meia eles (fazendeiros) estão me monitorando.

Que tipo de trabalho a senhora faz com esses agricultores? LEONORA: Faço um trabalho de conscientização pelos direitos, pela terra, pela dignidade, pela vida. Os agricultores fazem a segurança, é mais garantido.

A senhora já pensou em abandonar a região? LEONORA: Não vou deixar o povo do jeito que está. Tenho compromisso com o Evangelho, com a continuidade da missão que Jesus começou. O que posso fazer? Estou evitando, quero a minha vida. Tento segurar minha vida ao máximo, mas se acontecer, o que posso fazer? Vou me defender porque a vida é preciosa, e, se eu acabar, ninguém vai fazer meu trabalho.

Oposição minimiza ampliação do Bolsa Família - Isabel Braga e Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 04/05/2009

Para PSDB e DEM, falta de porta de saída enfraquece governo; aliados dizem que programa ajuda a enfrentar crise

BRASÍLIA. Líderes da oposição tentaram minimizar os dividendos eleitorais da ampliação do Bolsa Família, maior programa social do governo federal. Reportagem do GLOBO mostrou que o programa deve atingir um em cada três brasileiros em 2010. Ao mesmo tempo em que acusam o Planalto de uso político do projeto, os oposicionistas dizem que é preciso melhorar o Bolsa Família. Para PSDB e DEM, o programa é necessário, mas hoje carece de políticas que permitam o fim da dependência das famílias carentes dos recursos do governo. A base aliada, por sua vez, rechaça o rótulo de programa eleitoreiro e assistencialista, defende sua ampliação e afirma que o Bolsa Família é um dos pilares que permitiram ao país tranquilidade para enfrentar a crise internacional.

— O brasileiro está muito informado e não vai querer que Lula quebre o governo para eleger seu sucessor. A sociedade está atenta. É um programa (a ser mantido), mas vamos acrescentar condições de saída, oferecer ensino técnico e tecnológico — disse o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP), completando: — A família quer se emancipar, quer um trabalho, qualificação. O governo Lula é lerdo, joga no benefício e ponto.

É um governo conservador.

O presidente do DEM, Rodrigo Maia (RJ), acrescenta que a solução é investir numa política social focada na família: — Foi uma política que implementamos no governo passado, o Lula teve a inteligência e a capacidade, que não tivemos, de propor a unificação.

Tenho certeza de que as famílias beneficiárias saberão distinguir em 2010 a melhor política para o futuro de seus filhos e netos. Se a gente mostrar isso, o eleitorado será sensível a uma proposta que entenda o problema de cada um como específico e dê solução, e não mera transferência de renda.

Para José Aníbal, programa tem viés político-eleitoral José Aníbal voltou a enfatizar que o Bolsa Família é fruto de programas iniciados no governo anterior, do tucano Fernando Henrique Cardoso. Ele considera que o governo Lula, ao unificar os programas, acabou com as exigências que conectavam a transferência de renda a políticas de saída.

— Claro que é necessário atender à população com insuficiência de renda, mas o governo faz hoje com viés político eleitoral.

Passou a ser uma coisa dissociada de qualquer programa de saída, de emancipação, de formação profissional.

O DEM vem divulgando sua proposta de focar a saída, terceira etapa do programa, nas necessidades da família em várias capitais do país. Maia defende que a prioridade é trabalhar para que futuras gerações sejam menos dependentes da renda.

— O custo do Estado brasileiro é muito alto e este programa custa R$ 11 bilhões, R$ 12 bilhões. É uma fatia justa que temos que pagar. Mas a mera transferência de renda vai gerar nas futuras gerações a mesma dependência que gera nas famílias atuais.

O líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), rebateu as acusações da oposição, negando o caráter eleitoreiro e afirmando que o Bolsa Família é um programa de desenvolvimento econômico da população.

— O Bolsa Família não é um programa eleitoreiro, e sim de ajuda aos mais pobres, de desenvolvimento econômico. O povo precisa, e o Estado tem condições de sustentar. O aspecto mais importante é a ampliação do mercado interno.

Para o líder do PT, o aumento dos beneficiários ao longo dos anos é uma evolução natural e o programa ajudou inclusive neste momento de crise econômica mundial: — É uma das medidas que criaram condições para o Brasil não mergulhar na crise. O Brasil está nadando na superfície da crise e não nos afogamos.

A economia precisa ser sustentável e verde – Ed Miliband – Valor econômico – Opinião – 04/05/2009

O carvão cria o mais nítido dilema: é um combustível poluente, mas é usado em todo o mundo porque é barato

Em todos os países, estes tempos difíceis de crise econômica levaram algumas pessoas a dizer que deveríamos recuar do enfrentamento das mudanças climáticas e que devemos adiar quaisquer iniciativas de avanço rumo a uma economia com baixas emissões de carbono.

Segundo esse argumento, os governos devem concentrar-se firmemente na recuperação econômica, e não na recuperação de nosso clima. A adoção de processos industriais verdes, com baixa produção de carbono, para não falar da obtenção de um acordo mundial sobre mudanças climáticas, dizem, precisa esperar e ser posta em banho-maria.

Mas as ações que o Reino Unido está iniciando mostram tratar-se de uma falsa escolha opor as ajudas à economia ou ao ambiente. No Reino Unido, sabemos que a rota para construir nossa economia para o futuro consiste em uma recuperação sustentável e emissões com baixo teor de carbono.

Essa mudança é central para a criação de empregos e para o crescimento de novos setores de atividade econômica. Durante esta semana que passou, pusemos em prática muitas das medidas que irão apoiar essa longa mudança para uma economia com baixas emissões de carbono e verde.

Nosso ministro das Finanças, Alastair Darling, apresentou não apenas seu orçamento financeiro ao governo mas também os primeiros orçamentos de carbono. Eles impõem um teto às emissões que nosso país pode liberar ao longo de três períodos de cinco anos até 2022, e inclui uma meta legalmente imposta para, até 2022, reduzir as emissões para pelo menos 34% abaixo das emissões em 1990. Isso garantirá que poderemos contribuir para cumprir nossa meta de cortar, até 2050, 80% das emissões de gases-estufa registradas em 1990.

Significativamente, o nosso objetivo é cumprir o estipulado nos orçamentos de carbono mediante um foco em ações domésticas, sendo que o primeiro quinquênio incluirá limites zero a créditos internacionais, fora do esquema de comercialização de direitos de emissão da União Europeia (UE). E pretendemos apertar ainda mais o orçamento, desde que obtenhamos a aprovação do ambicioso acordo mundial que necessitamos, por ocasião da cúpula de Copenhagen em dezembro.

Mas somente as metas e balizamentos não solucionarão as mudanças climáticas. Uma das questões fundamentais para nosso sucesso continua sendo como acelerar radicalmente a disseminação de tecnologias mais limpas - boas para gerar emprego, para a economia e para o planeta.

Esse avanço tecnológico é necessário, talvez, principalmente, para atacar o problema mais difícil, a saber, o carvão. O futuro do carvão cria o mais nítido dilema que enfrentamos: é um combustível poluente, mas é usado em todo o mundo porque é barato e suficientemente flexível para satisfazer as flutuações da demanda por energia.

Para solucionar essa equação, na semana passada descrevi no Parlamento britânico nossos planos para a maior demonstração mundial de tecnologia de captura e sequestro de carbono. Isso inclui:

A) Um grande impulso no front tecnológico: quatro novos projetos para comprovar a captura e o armazenamento de carbono, cada um deles dez vezes maior do que o maior atualmente em operação no mundo, e, em conjunto, significando que estamos fazendo mais do que qualquer outro país.

B) O fim do uso irrestrito de carvão: propus uma nova regra segundo a qual nenhuma nova usina de eletricidade a carvão será aprovada sem comprovar a captura de carbono, a partir do primeiro dia de operação, sobre cerca de 25% de sua produção. Aplicações que não comprovem a captura e armazenagem de carbono serão negadas.

C) E um compromisso claro de operar usando tecnologia de carvão com emissões de baixo teor de carbono, depois de comprovada: haverá uma avaliação independente sobre quando a tecnologia estiver comprovada, e quando isso ocorrer as usinas de eletricidade terão de aplicar a tecnologia não apenas a uma parte de suas operações, mas sobre 100% de sua produção.

Está havendo cooperação mundial em captura e sequestro de carbono, mas isso precisa ser acelerado, neste ano, para assegurar que o mundo inteiro se beneficie dessa tecnologia. As vantagens desse tipo de tecnologia não são apenas ambientais. Existem evidentes oportunidades empresariais e de emprego em tecnologia, processos industriais e disponibilização de energia verdes.

Todos nós ouvimos a mensagem clara e forte: o presidente Obama engajou os Estados Unidos no combate às mudanças climáticas e no emprego de energia limpa. Uma reunião de líderes mundiais do G-20, presidida pelo primeiro-ministro Gordon Brown, decidiu que a recuperação de nossa economia precisa ser sustentável e verde.

É por essas razões que acredito que o crescente consenso internacional sobre a guinada para pontos de baixo carbono apontam para esperança, e não desespero. Ao cooperarmos internacionalmente, podemos, a um só tempo, evitar mudanças climáticas perigosas e ver nossas economias em recuperação de modo sustentável. Do ponto de vista das gerações presentes e futuras, essa é a coisa certa a fazer.

Educação e agricultura contratam em SP – Valor Econômico – Brasil – 05/05/2009

O Estado de São Paulo teve 32.231 postos de trabalho criados no mês passado, segundo levantamento do Observatório do Emprego e Trabalho, base de dados desenvolvida e mantida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe) e pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado. Agricultura e educação foram responsáveis por 60% das novas vagas do período. Segundo o professor Hélio Zylberstajn, da Fipe, o saldo, no entanto, não pode ser considerado positivo porque o aumento do número de empregos é sazonal, ou seja, deveu-se a características da época do ano.

"Estes empregos são sazonais. Neste período, as escolas sempre contratam professores e é também época para processar a cana de açúcar", disse. Segundo o estudo, o comércio e a indústria não retomaram o crescimento e ainda continuam demitindo no Estado. As maiores perdas de vagas em março ocorreram nas atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (perda de 6,8 mil vagas), atividades financeiras (menos 999 empregos) e comunicação e informação (redução de 809 postos de trabalho).

Para Zylberstajn, a única saída para acabar com as demissões é a retomada do crescimento econômico. "Só voltando a crescer que pararemos de perder vagas", afirmou. Segundo o boletim, 64% dos trabalhadores demitidos são do sexo masculino. O estudo apontou ainda que 43,9% dos demitidos possuem ensino médio completo. **(Agência Brasil)**

Bolsa Família: Nota do MDS sobre relatório do TCU – Sítio Eletrônico do MDS – 06/05/2009

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) esclarece, em relação à auditoria sobre o Cadastro Único realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que:

- O MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), desde 2005, vem implantando constantemente ações que aprimoram o Cadastro Único – base de dados usada pelo Bolsa Família e outros programas sociais. Os aspectos passíveis de aprimoramento são diagnosticados e corrigidos pelo MDS e tais diagnósticos e correções são informados aos órgãos de controle quando da realização de auditorias, reafirmando o compromisso da pasta com a transparência dos processos de gestão do Cadastro Único.

- Exemplo claro deste constante aprimoramento está na verificação do TCU de que, entre 2005 e 2006, a Senarc havia cumprido 70% das recomendações e determinações propostas

pelo Tribunal. Outro exemplo está no fato de a maior parte dos achados de auditoria presente no relatório consistirem em aspectos identificados pelo MDS os quais já são objeto de correções.

-O aplicativo de cadastramento foi aprimorado em 2008, a fim de garantir a transmissão apenas de registros que preenchem os requisitos de qualidade das informações. Com isso, impede-se a inclusão de registros incompletos na base nacional. No segundo semestre de 2009, entrará em funcionamento uma nova versão deste aplicativo, on line, que vai corrigir a falta de sincronia entre as bases de dados do município e da Caixa Econômica Federal;

- A atualização do Cadastro Único é uma atividade permanente e o MDS orienta, apoia e acompanha o trabalho dos municípios, para assegurar a atualização das informações e o cadastramento das famílias de baixa renda ainda não inscritas no Cadastro. A primeira grande atualização da base de dados ocorreu entre 2005 e 2006. Com as medidas de controle adotadas pelo MDS, 2,6 milhões de benefícios foram cancelados.

- Em fevereiro de 2009, o MDS iniciou, em parceria com os municípios, a atualização cadastral de 3,4 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, que completaram dois anos sem qualquer alteração de dados. As prefeituras terão prazo até 31 de agosto para fazer as alterações no cadastro. A partir de setembro, os benefícios sem atualização serão bloqueados. Com essa ação, o Ministério considera que cumpre, antecipadamente e de iniciativa própria, a determinação do TCU de atualização cadastral, pois essa faz parte do processo rotineiro de gestão do Cadastro e do Bolsa Família.

- O cruzamento de grandes bases de dados para melhorar o controle do programa foi adotado pelo MDS ainda em 2005. Os dados do Cadastro Único, do pagamento de benefícios são checados anualmente com a Relação de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre mercado formal. Após cruzamento com a Rais de 2006, no ano passado, o MDS cancelou entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009 cerca de 400 mil benefícios, que apresentaram renda acima do critério ou que não atualizaram os cadastros. A Senarc realiza desde 2006 cruzamento também com o Sistema Nacional de Óbitos (Sisobi). Em dezembro de 2006, foram cancelados 2.030 benefícios relativos a domicílios unipessoais, nos quais se identificou falecimento do responsável legal. Em maio de 2008, foram cancelados outros 1.293 benefícios, referente à checagem de 2007. Com a assinatura do acordo entre o MDS e o Ministério da Previdência, ocorrida no dia 28 de abril, será possível cruzar informações de beneficiários da Previdência e de renda dos contribuintes, conforme determina o TCU, e melhorar ainda mais o sistema de controle do Bolsa Família.

- Em relação 106.329 famílias beneficiárias que possuem veículos registrados em seus nomes, conforme aponta cadastro do (Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), 10% já tiveram benefício cancelado e outras 40% estão passando por processo de atualização cadastral. Sobre o restante do grupo, o MDS fará, além da atualização

cadastral, uma auditoria específica.

- Sobre as 576 famílias beneficiárias que tiveram componentes eleitos no último pleito, 172 já estão com benefícios cancelados. As 404 restantes terão os benefícios bloqueados e serão alvo de fiscalização.

- Importante ressaltar que o MDS efetuará as medidas corretivas necessárias decorrentes de eventuais incorreções apontadas pelo TCU, mas destaca que tais ações são constantemente efetuadas, conforme diagnósticos internamente realizados, no compromisso permanente de garantir que o CadÚnico e o Bolsa Família atinjam seus objetivos.

No entanto, o MDS se posiciona de forma diferente em relação às conclusões do relatório do Tribunal de Contas da União nos seguintes pontos:

- A base do Cadastro Único é utilizada pelo Governo Federal para identificar potenciais beneficiários de diversos programas sociais - além do Bolsa Família – como a Tarifa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso e isenção de taxa de inscrição em concurso público federal. O CadÚnico objetiva ser uma base de seleção de beneficiários de programas sociais, mas também um instrumento de planejamento e integração de políticas públicas nos três níveis da federação. Para atingir esse objetivo, o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, define como público alvo do cadastramento as famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou que possuam renda familiar mensal total de até três salários mínimos, ou ainda famílias com rendimentos superiores para permitir a seleção de beneficiários ou o acompanhamento de programas sociais. A possibilidade de inclusão de famílias com rendimentos superiores a ½ salário *per capita* ou a três salários mínimos decorre, portanto, dos próprios objetivos do CadÚnico e não provoca problemas de seleção de beneficiários ou de gerenciamento dos programas sociais exclusivamente voltados para a população de baixa renda. Por esses motivos, o MDS considera que não há qualquer irregularidade em que sejam encontradas no cadastro famílias com renda *per capita* superior a meio salário mínimo, conforme argumento do TCU.

- A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania descarta a possibilidade de existirem famílias que recebem o benefício do Bolsa Família e não estão registradas no CadÚnico, conforme apontou o TCU. Para verificar a situação dos beneficiários apontados pelo Tribunal, a Senarc realizou uma amostra sobre 900 registros na base do cadastro Único de janeiro de 2009 e identificou que todas as famílias estavam cadastradas. A ausência de identificação ocorreu, como já foi informado ao TCU, devido a problemas na extração pela Caixa Econômica Federal dos dados da base enviados ao MDS e cópia fornecida ao TCU;

- Por fim, o TCU determina que os adolescentes de 15 e 17 anos sejam desligados do Bolsa Família assim que completem essa idade. O procedimento do MDS consiste em desligá-los do programa ao fim de cada ano-calendário, de forma que o desligamento não prejudique o ano letivo do adolescente. Ou seja, o cancelamento do benefício desses adolescentes

acontece no ano seguinte para que os alunos não deixem a escola assim que a família deixar de receber o benefício. O Bolsa Família possui um compromisso claro de contribuir para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, para o qual a escolaridade é condição de expressiva importância. Ressalte-se que o argumento da economia de recursos públicos que pode ser atingida com o desligamento imediato desses adolescentes por conta da idade desconsidera que, por contribuir para a manutenção das pessoas na escola, o benefício deve ser visto como um investimento nas crianças e adolescentes, os quais, atingindo maior escolaridade, tendem a ter mais oportunidades de inserção no mundo do trabalho. Considerando que indivíduos com melhores inserções no mercado de trabalho tendem futuramente a demandar em menor medida benefícios não-contributivos, o argumento da economia de recursos públicos não se sustenta. Pior, o argumento do Tribunal concorre fortemente para o não alcance das finalidades pretendidas pelo programa. Nesse sentido, pode-se afirmar que a recomendação possibilita efeitos negativos sobre a continuidade da escolarização desses adolescentes, significando a desconsideração dos processos que conduzem à pobreza e a falta de compromisso com a redução da pobreza e da desigualdade.

Desvios no Bolsa Família chegam a R$ 318 mi por ano – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2009

Valor é referente a um ano; auditoria do TCU revela que donos de carros, políticos e mortos estão entre os beneficiários

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, família pode ter patrimônio elevado, mas preencher os critérios estabelecidos

Uma família de Sergipe declarou ter renda mensal de R$ 35 por pessoa da família e se credenciou a receber R$ 94 por mês do Bolsa Família, mas foi flagrada por uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) como proprietária de sete caminhões avaliados em R$ 756.467. Em outra família, beneficiária do programa em São Paulo, um dos integrantes aparece como dono de motocicleta importada, modelo 2007.
Esses foram alguns dos casos contados no relatório aprovado ontem pelo TCU sobre o mais importante programa de transferência de renda do governo federal, que pagará R$ 11,4 bilhões neste ano em benefícios entre R$ 20 e R$ 182 a mais de 11 milhões de famílias. Entre os beneficiários do Bolsa Família, que só podem ter renda até R$ 137 mensais por pessoa da família, o TCU flagrou milhares de proprietários de veículos, políticos, pessoas com renda acima do limite e até mortos, além de indícios de pagamentos em duplicidade. O combate às supostas fraudes poderiam fazer o governo economizar o equivalente a 3,4% da folha mensal de pagamentos do programa ou cerca de R$ 318 milhões no período de um ano.
Ao cruzar a lista de beneficiários com os cadastros do Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores), auditores identificaram mais de 106 mil famílias proprietárias de

carros acima de R$ 4.000, critério considerado "conservador" pelo tribunal. Entre os veículos identificados, há 713 avaliados em mais de R$ 100 mil.
O tribunal não divulga os nomes dos beneficiários relacionados aos indícios de fraude. Se comprovada, as famílias são excluídas do programa, e é aberto um processo administrativo para a devolução do dinheiro recebido indevidamente.
O Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela gestão do Bolsa Família, ponderou que uma família pode ter patrimônio elevado e, ainda assim, preencher os critérios de renda do programa.
"Patrimônio é um bem utilizável ou não dotado de valor monetário, e não é computado como rendimento financeiro para o orçamento", justificou o ministério, que também levantou a possibilidade de os carros serem "herança ou doação" e de os beneficiários terem tido seus nomes usados de forma fraudulenta, como "laranjas".

Políticos
O TCU também cruzou a lista de beneficiários do Bolsa Família com a relação de políticos eleitos e seus suplentes nas eleições de 2004 e 2006.
O cruzamento revelou a existência de 20.601 políticos que recebem Bolsa Família, a maioria deles na categoria dos extremamente pobres. Na folha de pagamentos de um mês, fevereiro de 2008, os políticos receberam R$ 1,6 milhão.
"Tal situação compromete a eficácia do programa, na medida em que ocorre o pagamento de benefícios a famílias fora do público-alvo pretendido e, consequentemente, a não assistência a famílias desse público", registra a auditoria. O TCU cobra maior controle do acesso ao programa, baseado na renda declarada pelo interessado.
O tribunal identificou 1,1 milhão de famílias com indícios de renda acima do permitido. Elas receberam mais de R$ 65 milhões na folha de fevereiro de 2008. Consideradas só as entrevistadas em 2007, o TCU identificou mais de 195 mil com indícios de omissão de renda.
O cruzamento com o Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos) revelou a presença de quase 300 mil mortos. Na folha de fevereiro de 2008, foram identificados 3.791 benefícios pagos a famílias com pessoas mortas.

Governo diz que já cancelou alguns benefícios – Folha de São Paulo – Brasil – 07/05/2009

O Ministério do Desenvolvimento Social informou que já cancelou parte dos benefícios considerados irregulares pelo Tribunal de Contas da União, a partir do acesso a informações do cadastro de veículos e dos registros da Justiça Eleitoral.
Entre as famílias proprietárias de veículos, 10% já tiveram o benefício cancelado, e as demais passam por investigação. A expectativa é concluir o trabalho em dois meses.
Entre as famílias de políticos eleitos recentemente, 172 tiveram os benefícios cancelados e 404 sofreram bloqueio nos pagamentos, segundo o ministério. Lúcia Modesto, secretária de

Renda da Cidadania, afirma que identificou políticos de vários partidos: "Tem de tudo". Entre os beneficiários mortos, o ministério informou ter cancelado 2.030 bolsas. Mas a secretária Lúcia Modesto insiste que a morte de membros de uma família não implicará necessariamente a suspensão do benefício -em alguns casos, o valor da bolsa pode aumentar.

Segundo o ministério, 2,6 milhões de benefícios já foram cancelados graças às medidas de controle adotadas desde 2005, a partir da primeira grande atualização dos cadastros do programa lançado em 2004.

Só entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, cerca de 400 mil benefícios foram cancelados porque as famílias tinham renda acima do limite, com base no cruzamento de dados com o Ministério do Trabalho.

TCU flagra 577 políticos com Bolsa – Demétrio Weber – O Globo – O País – 07/05/2009

Entre os beneficiários, havia também 106 mil donos de veículos e 3.791 mortos

O Bolsa Família, principal programa do governo para combater a pobreza, é suspeito de pagar benefícios a 577 políticos eleitos, 3.791 mortos, 106.329 donos de carros, caminhões, tratores ou motos e a 1,1 milhão de famílias com renda acima do permitido. Os indícios de fraude foram apontados em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovada ontem. Em seu voto, o relator do caso, ministro Augusto Nardes, afirmou que, contabilizando-se apenas os casos mais evidentes de irregularidades, pelo menos 312.021 famílias estão recebendo recursos de forma irregular, causando um prejuízo mensal de R$ 26,5 milhões — o equivalente a 3,11% da folha do Bolsa Família em fevereiro de 2008, mês analisado.

Ao cruzar os nomes da lista de beneficiários do Bolsa Família com a relação de candidatos nas eleições de 2004 e 2006, os auditores identificaram 577 políticos eleitos. Considerandose os suplentes, isto é, quem foi derrotado nas eleições, o número totaliza 39.937 beneficiários. O relatório não especifica qual eleição os 577 políticos venceram. Em 2004, foram disputados cargos de vereador, prefeito e vice; em 2006, deputado estadual, deputado federal, senador, governador, vice e presidente da República.

O TCU constatou que os quase 40 mil suplentes e eleitos pertencem a 22,6 mil famílias, contempladas com R$ 1,5 milhão em fevereiro do ano passado.

Desde março de 2008, decreto do presidente Lula proíbe que políticos eleitos em qualquer esfera de governo recebam recursos do Bolsa Família.

O ministro-relator, Augusto Nardes, lembra em seu voto que a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral não permite saber se os eleitos efetivamente tomaram posse. Mas considera indispensável a investigação caso a caso.

Os auditores debruçaram-se sobre o Cadastro Único, lista da população pobre que é beneficiada por programa sociais em todo o país. Segundo eles, a presença de políticos eleitos no CadÚnico e, pior ainda, no Bolsa Família, "compromete a eficácia" do programa e a "elaboração de políticas públicas com base nos dados do cadastro".

Família tem sete caminhões

A auditoria levantou suspeitas de diversos tipos de irregularidades. O cruzamento da lista de beneficiários com o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) mostrou que 106,4 mil famílias atendidas pelo programa têm veículos novos — ou mesmo uma moto importada, no valor de R$ 63.800 — em seus nomes.

No caso de caminhões, tratores e ônibus, só entraram no cálculo veículos fabricados a partir de 2000; caminhonetes, a partir de 2002; carros, 2004; e motos, 2007.

Segundo o TCU, uma família que declarou ter renda mensal por pessoa de R$ 35 — o que lhe dava direito a um repasse mensal de R$ 94 — tinha sete caminhões, avaliados em R$ 756,4 mil. Outra que informou ter renda per capita de R$ 60 era dona de três tratores, avaliados em R$ 538,5 mil.

A auditoria recorreu a outras bases de dados para fiscalizar o Bolsa Família. Uma consulta ao Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), do Dataprev, revelou que 299 mil pessoas registradas no Cadastro Único constam como mortas. Os auditores são cautelosos em afirmar que se trata de fraude, temendo estarem diante de homônimos, erros de digitação ou informação.

Dos 299 mil mortos, 3.791 estavam na folha do Bolsa Família de fevereiro de 2008. Todos eles são os únicos membros de suas famílias.

Assim, o pagamento não deveria mais estar sendo feito, se eles de fato estão mortos.

Atualmente o Bolsa Família paga de R$ 20 a R$ 182 por mês. O valor varia conforme o grau de pobreza e o número de filhos até 17 anos. Lares com renda por pessoa inferior a R$ 69 por mês são consideradas extremamente pobres e têm direito a um benefício básico de R$ 62. O restante está ligado ao número de crianças e jovens.

Os auditores recomendam maior fiscalização sobre o Cadastro Único, em especial sobre a renda familiar informada no momento do cadastramento, que é feito pelas prefeituras.

Segundo os auditores, 1,1 milhão de famílias tinham renda acima de R$ 120 (o limite máximo em fevereiro de 2008; hoje esse valor está em R$ 137). Desse total, os técnicos desconfiam que 195,3 mil podem ter agido de má-fé, informando uma renda familiar menor do que a real.

Esse contingente de beneficiários recebeu R$ 10,9 milhões em fevereiro de 2008.

Segundo os auditores, o Bolsa Família continuava pagando os benefícios para jovens, mesmo depois que eles completavam 16 anos. Até fevereiro do ano passado, essa modalidade de pagamento era restrita a quem tinha no máximo 15 anos — hoje quem tem 16 e 17 anos também ganha um extra. O governo, porém, só suspende os repasses no mês

de janeiro, de modo que um jovem com idade acima do permitido pode ficar 11 meses recebendo o acréscimo.

O TCU apontou que 385.226 benefícios foram pagos com valor acima do possível, a maioria por incluir jovens de 16 anos ou mais. Além disso, 1.742 benefícios para famílias extremamente pobres foram dados a quem não tinha direito. Nardes considerou alto o valor de R$ 240 milhões pagos pelo Ministério do Desenvolvimento Social à Caixa Econômica Federal pela operacionalização do Bolsa Família.

Nardes registra que se trata de um "baixo percentual de prováveis desvios e irregularidades". Nesse ritmo, ao longo de um ano, a perda seria de R$ 318 milhões. O Bolsa Família deverá gastar R$ 11,4 bilhões este ano. Hoje são pagos 11,1 milhões de benefícios. A partir de outubro, devem ser 12,9 milhões.

Ministério diz que já cancelou 172 – Demétrio Weber – O Globo – O País – 07/05/2009

Indícios de irregularidades vão ser investigados em auditoria

BRASÍLIA. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informou, em nota, que 172 benefícios pagos pelo Bolsa Família a políticos já estão cancelados, e que outros 404 foram bloqueados e serão alvo de fiscalização. A nota faz menção a 576 políticos eleitos "no último pleito", enquanto a auditoria do TCU menciona 577 eleitos em 2004 e 2006.

Em relação aos beneficiários donos de veículos, o ministério diz que fará auditoria específica sobre o tema. A nota informa que 10% deles tiveram os repasses cancelados e que 40% passam por "atualização cadastral".

A secretária Nacional de Renda de Cidadania, Lúcia Modesto, disse que os indícios de irregularidades serão investigados. Ela alegou, porém, que as suspeitas de irregularidades são poucas em comparação com o universo de famílias atendidas pelo programa: — De uma base de 11 milhões de famílias, as cerca de 300 mil sobre as quais o TCU identificou indícios de irregularidades são relativamente poucas.

Quanto aos políticos, ela afirmou: — O fato de estarem diplomados não significa que assumiram o cargo.

O ministério diz que, em parceria com as prefeituras, vai atualizar os cadastros de 3,4 milhões de famílias este ano. A previsão é que os benefícios não atualizados sejam bloqueados a partir de setembro.

Procedimento semelhante ocorreu entre 2005 e 2006, quando 2,6 milhões de benefícios foram cancelados, segundo a nota.

Em relação aos casos de subdeclaração de renda, o ministério informa que vem cruzando dados do Cadastro Único com a Relação de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho. Entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, diz o texto, cerca de 400 mil benefícios foram cancelados.

O governo diz que os nomes de todos os beneficiários do Bolsa Família constam do Cadastro Único.

Uma falha na lista extraída pela Caixa Econômica Federal deu a entender que o problema existiria.

Lúcia Modesto disse que o programa é focado nos mais pobres: — Comparado a outros programas similares no mundo, o Bolsa Família é o mais bem focalizado.

Quem diz isso não somos nós, mas organismos e entidades internacionais. (Demétrio Weber)

O Globo

Os transgênicos voltam à pauta – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/05/2009

Voltou ao terreno da polêmica, nas últimas semanas, no Brasil e em vários outros países, o complexo tema dos alimentos transgênicos. Principalmente por causa do veto do governo alemão ao plantio e comercialização de uma variedade de milho geneticamente modificado, com o argumento de que prejudica polinizadores e outras espécies.

Por isso, o princípio da precaução, previsto na Convenção da Diversidade Biológica, justificaria a proibição – já acompanhada por vários outros países, entre eles França, Grécia, Luxemburgo, Áustria, Hungria. Justificaria também a exigência de um estudo prévio de impacto ambiental.

Essa variedade de milho já foi aprovada no Brasil pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), sem necessidade do estudo de impacto, que oMinistério do Meio Ambiente pedia, mas foi dispensado pela comissão, que não precisa mais de maioria de dois terços, como antigamente, para tomar decisões (após vários embates, o quórum foi reduzido, por decisão do governo federal, para maioria simples dos 28 membros). E a polêmica está de volta, inclusive porque, neste momento de ameaça de pandemia da gripe suína, a França também aprovou o rótulo "alimentado sem transgênico" para produtos animais.

Não bastasse, um jornal argentino publicou estudo do Laboratório de Embriologia Molecular da Universidade de Buenos Aires que aponta a toxicidade do glifosato (o agrotóxico a que resistem plantios transgênicos) para embriões de anfíbios.

E o Ministério da Defesa daquele país proibiu o plantio de soja transgênica em seus cultivos, ao mesmo tempo que a Associação de Advogados Ambientalistas pedia na Justiça a proibição de comercializar o glifosato. Já o cientista-chefe do Organic Center publicou trabalho para mostrar que as sementes resistentes ao glifosato reduzem o consumo de herbicidas (sua principal vantagem) durante dois a três anos, apenas; depois, perderiam sua eficácia.

No Brasil, trabalhos publicados pela AS-PTA alegam que no planalto norte de Santa Catarina o milho não modificado se mostrou na última safra muito mais lucrativo que o transgênico.

No Rio Grande do Sul está na Justiça processo em que agricultores se negam a pagar royalty de 2% à empresa produtora de sementes de soja transgênica.

Outros resistem ao arroz modificado. Em Alagoas, apicultores pedem judicialmente indenização pela contaminação de suas colmeias pelo pólen de milho transgênico plantado nas imediações.

Há duas semanas, em debate promovido pelo curso de Gestão Ambiental na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba (SP), o professor Paulo Kageyama, que já foi diretor de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e é membro da CTNBio, fez exposição minuciosa sobre as inconveniências de liberar variedades transgênicas sem obedecer ao princípio da precaução (que o Brasil, signatário da Convenção da Biodiversidade, obrigou-se a respeitar), como aquele órgão tem feito para soja, algodão, milho e outras espécies. A seu ver, há muitas incertezas e impactos negativos a serem estudados, inclusive para a agricultura familiar, que responde pela maior parte dos produtos alimentares consumidos no Brasil (82% da mandioca – espécie mais adequada aos solos brasileiros, sem insumos químicos –, da qual se pretende aprovar uma variedade

transgênica; 58,9% do feijão; 43,1% do milho; 41,3% do arroz – além de 55,4% do leite, 59% da carne suína).

Em sua opinião, a pressão das empresas do setor, assim como da área de agrotóxicos, além da predominância absoluta de membros do Ministério da Ciência e Tecnologia (20 em 28) na CTNBio, têm impedido uma avaliação mais rigorosa. Para justificar seu pensamento analisou vários casos no Brasil e no exterior. Outro risco seria a abolição – que está sendo reivindicada – da exigência de identificação dos transgênicos no rótulo de alimentos industrializados que os contenham.

Seus argumentos – principalmente o da pressão de empresas – foram contestados com veemência pela representante do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, Alda Luiz Lerayer, que ressaltou a dificuldade que órgãos ambientais teriam para analisar possíveis impactos no plantio de variedades transgênicas – o Ibama teria levado quatro anos no caso do feijão, por exemplo. E apontou o alto índice de adesão dos agricultores brasileiros às variedades modificadas. O próprio milho, de aprovação mais recente, já teria sido plantado por 30% deles na última safrinha e deverá chegar a 50% nas próximas safras. A soja transgênica, segundo as notícias mais recentes, já está em mais de 60% da área cultivada.

Outros expositores também chegaram a colocar na mesa mais problemas, como o da "monocultura de genes", já que todas as espécies modificadas e aprovadas contêm o mesmo gene, para serem resistentes ao mesmo defensivo. Ou o de o Brasil ser hoje, também por essa razão, o maior consumidor mundial de agrotóxicos.

Ou o da exigência de distância entre as plantações de milho transgênico e as convencionais haver sido reduzida de 400 para 100 metros. E chegou até a entrar em discussão o primeiro caso de transgênico aprovado pela CTNBio, no governo anterior, quando o Ministério do Meio Ambiente, depois de haver anunciado que votaria pela exigência de estudo prévio de impacto, votou a favor da liberação incondicional. Na ocasião, divulgou-se – sem contestação – que a decisão partira da própria Casa Civil da Presidência, depois de pressionada por um senador, que alegava o risco de ser cancelado um investimento de centenas de milhões de dólares que seria feito pela empresa produtora do defensivo ao qual seria resistente a semente transgênica.

Por muitos caminhos, portanto, a discussão está de volta.

E merece ir adiante, para que se possam seguir os melhores rumos, num tema tão decisivo para a sociedade, a ciência e a economia.

ONGs cobram mais controle no Bolsa-Família - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/05/2009

Transparência Brasil sugere cruzamento do cadastro do programa com dados da Receita pagamento de benefícios do Bolsa- Família, identificadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), poderiam ser reduzidas se o governo aprimorasse os métodos de controle do programa.

Para Francisco Menezes, coordenador da organização não-governamental Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase), uma das fragilidades do programa é a fraca participação da sociedade no seu controle.

"As políticas de controle social precisam ser fortalecidas", observou. Formalmente existe uma estrutura organizada nos municípios com a incumbência de fazer o controle. Mas seu funcionamento é precário, segundo Menezes.

"O programa ainda se comunica mal com a sociedade", afirma.

"As pessoas são mal informadas e muitas vezes não sabem responder a questões básicas, como a renda limite para alguém ser beneficiário."

Menezes assinala que uma das dificuldades no controle do Bolsa-Família é o fato de a maior parte dos beneficiários atuar no mercado de trabalho informal, o que dificulta a definição da renda. "A informalidade não tem renda fixa.Os próprios trabalhadores não sabem dizer com exatidão."

De maneira geral, o controle do programa é bom, segundo Menezes. Mas isso não é suficiente:" O Banco Mundial já destacou que, na comparação com programas de transferência de renda de outros países, é o que apresenta o menor índice de irregularidade.

Isso não significa que deva haver complacência com as falhas apontadas."

Na opinião de Claudio Abramo, diretor da organização não-governamental Transparência Brasil, uma alternativa à disposição do governo seria verificar se há cadastrados que apresentaram declaração de renda e cruzar as informações da Receita com as do Bolsa-Família.

"Vai ser possível descobrir quem são as pessoas que, conforme apontou o TCU, têm automóvel e são beneficiárias", diz ele. "Normalmente os bens são declarados ao fisco."

Para especialistas, proporção de fraudes é baixa Dois dos maiores especialistas em política social do Brasil acham que o volume de fraudes detectadas no Bolsa-Família pelo Tribunal de Contas de União (TCU) é considerado tecnicamente bom para um programa desse tipo. Para Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio, e Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a questão não é saber se há desvios, porque eles ocorrem em qualquer programa deste tipo. O que importa é saber a proporção dos desvios.

A proporção de desvios considerados pelo TCU como mais evidentes, de pouco mais de 3% do total (em termos de volume de recursos), foi considerada, na verdade, baixa pelos especialistas.

"Se for só isso, é muito bom", disse Paes de Barros.

"Mostrar um destes políticos que recebe parece escandaloso, mas tem de ser levar em consideração que este é um programa que abrange quase 25% da população", ponderou Neri. Os dois frisaram que o Bolsa-Família é o programa social brasileiro mais bem focalizado nos pobres – isto é, no qual o dinheiro chega em maior quantidade às pessoas carentes.

Mas Neri também acha "ótimo" que as irregularidades graves sejam reveladas com alarde, porque isto desencoraja novos desvios. Paes de Barros observou que, mesmo que as fraudes pareçam sem importância estatística, é preciso analisar se podem ser evitadas. ● FERNANDO DANTAS

Desvios no social – O Globo – Opinião – 08/05/2009

O Bolsa Família, pelas dimensões em si e importância política que passou a ter para o governo, é assunto em torno do qual se travam apaixonadas discussões.

Uma avaliação equilibrada do programa, porém, não aconselha a demonização do método — não se deve rechaçar mecanismos de transferência de renda no combate à pobreza —, nem também que ele seja considerado a redenção dos brasileiros necessitados Algumas das críticas bem fundamentadas são de outra ordem, e podem ser entendidas a partir de informações sobre desvios na distribuição dos R$ 11 bilhões anuais movimentados pelo programa, colhidas por auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Por exemplo: 106.420 benefícios foram pagos em fevereiro de 2008, no valor total de R$ 6,7 milhões, a proprietários de carros, caminhões, tratores e motos; 577 políticos eleitos em 2004 e 2006, além de 39.360 suplentes saídos das mesmas eleições, se beneficiaram do programa; 299 mil mortos continuam na relação de beneficiários.

É louvável que alguns filtros do Estado consigam detectar desvios como estes e, assim, levar a que o Ministério do Desenvolvimento Social faça as devidas correções. Mas o programa alcançou tais proporções — aproximadamente 12 milhões de famílias, 52 milhões de pessoas, um terço da população do país — que as dificuldades para se fazer um controle eficiente são também enormes.

O governo alega que os desvios não têm relevância diante das grandes dimensões do Bolsa Família.

Mas é o próprio gigantismo do programa que torna qualquer mau uso do seu dinheiro um grande prejuízo para a sociedade. Para se ter ideia do problema, "apenas" 195.330 famílias sobre as quais há indícios de que omitiram a renda ao se cadastrar no programa embolsaram R$ 10,9 milhões em fevereiro de 2008, ou mais de R$ 100 milhões em um ano, que não é pouco dinheiro . Todas as famílias (1.158.071) com rendimento acima do teto do programa (R$ 120), em fevereiro de 2008, se receberam um ano de benefícios, representaram uma despesa indevida de mais de R$ 700 milhões, recursos que poderiam ter sido aplicados na educação básica.

Se o governo houvesse focado o Bolsa Família para ajudar os mais necessitados — o IBGE esquadrinha, sem erros, as faixas da população de fato desnutridas —, o gigantismo do programa e seus inevitáveis desvios teriam sido evitados.

E existiriam recursos para acabar com a desnutrição — que no Brasil não é grande, segundo o próprio IBGE — e investir em setores que continuam carentes por causa do assistencialismo desmedido.

Balança comercial do agronegócio: exportações em abril registram alta de 24,4% em reais – Sìtio Eletrônico do MAPA – 08/05/2009

Brasília (8.5.2009) - As exportações do agronegócio em moeda nacional registraram alta de 24,4% em abril, em relação ao mesmo mês do ano passado. As vendas ao comércio exterior totalizaram R$ 12,090 bilhões, contra R$ 9,715 bilhões em 2008. Já as importações apresentaram crescimento menor, 13,1%, passando de R$ 1,324 bilhão para R$ 1,497 bilhão. O superávit da balança comercial foi de R$ 10,593 bilhões, beneficiado pela desvalorização do real, em torno de 31%, frente ao dólar.

Nem mesmo a queda dos preços médios internacionais das principais *commodities* exportadas pelo Brasil comprometeu o resultado da balança em dólar. As exportações computadas em moeda americana registraram baixas de 4,7% em abril, diminuindo de US$ 5,75 bilhões para US$ 5,48 bilhões. Mesmo assim, o superávit foi de US$ 4,804 bilhões. Os setores que apresentaram maiores taxas de crescimento foram complexo soja (12,2%), complexo sucroalcooleiro (21,1%), animais vivos (14,6%) e produtos apícolas (113,7%).

As vendas do complexo soja (grão, farelo e óleo) totalizaram US$ 2,087 bilhões. Os valores exportados em grãos aumentaram de US$ 1,398 bilhão para US$ 1,542 bilhão. Apesar da redução de 17,8% nos preços, a quantidade exportada aumentou 34,3%. O mesmo aconteceu com o farelo de soja, que registrou preços 7% inferiores aos praticados em abril de 2008, enquanto o volume exportado aumentou 58,2%, gerando receita de US$ 418 milhões, alta de 47%. Já as exportações do óleo de soja apresentaram queda (-28,5%), com elevação de 27,1% no volume exportado e redução de 43,7% nos preços.

O valor das exportações do complexo sucroalcooleiro passou de US$ 411 milhões para US$ 498 milhões (+21,1%). O crescimento é atribuído às vendas de açúcar, que tiveram alta de 47,9% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2008, atingindo a cifra de US$ 405 milhões. Houve aumento de preço e quantidade vendida do produto de 8,2% e

36,7%, respectivamente. Em contraposição, as exportações de álcool tiveram redução, em dólares, de 32,2%, totalizando US$ 93 milhões. A queda deveu-se à redução tanto do volume exportado (-13%), quanto do preço (-22%).

Dentre os produtos mais importantes da pauta exportadora, apresentaram variações negativas os setores de carnes (-11,3%), couros e seus produtos (-49,4%), produtos florestais (-10,9%) e café (-12,2%). A receita de exportações de carnes passou de US$ 1,093 bilhão em abril de 2008 para US$ 970 milhões em abril deste ano. A movimentação financeira de carne bovina *in natura* diminuiu 19,5% (de US$ 308 milhões para US$ 248 milhões), por conta da queda de 15,4% no preço médio e uma redução de 4,9% na quantidade embarcada. A receita com as vendas de carne de frango *in natura* apresentaram crescimento (4,2%), pelo aumento da quantidade exportada (28,2%), que compensou a queda de preços (-18,7%). As vendas externas de carne suína apresentaram redução de 22,8%, em função da queda dos preços em dólares (-28,5%), pois a quantidade exportada aumentou 8,1%.

Destinos - O agronegócio brasileiro registrou aumento nas exportações realizadas em abril para África (24,2%), Ásia (20,9%) e Oriente Médio (33,1%). Para os demais continentes e blocos econômicos, o impacto da desaceleração da economia mundial se fez refletir sobre o valor das vendas externas. Dentre os países de destino das exportações, destacaram-se pelas taxas positivas a China (20,1%), Japão (46%), França (14,5%), Coreia do Sul (36,4%), Arábia Saudita (33,9%) e Irã (140,3%). A China se manteve na liderança como principal receptora do agronegócio nacional no mês de abril, a ponto de ampliar em três vezes a diferença do valor exportado frente ao 2º colocado, os EUA. Foram US$ 1,137 bilhões em vendas aos chineses, contra US$ 378 milhões aos americanos.

Acumulado - Nos últimos 12 meses, correspondentes ao período de maio de 2008 a abril de 2009, as exportações brasileiras do agronegócio superaram os US$ 70,2 bilhões, montante 14% maior do que contabilizado no período de maio de 2007 a abril de 2008. As importações foram 12,7% superiores aos doze meses anteriores, somando US$ 11,1 bilhões. No acumulado, o superávit foi de US$ 59,1 bilhões. O superávit em reais no mesmo período foi de R$ 115,33 bilhões, valor que representa alta de 21,9% em comparação ao período anterior. *(Jean Paverari)*

Agricultura familiar sofre com chuvas no Nordeste – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2009

As chuvas que têm causado alagamentos e mortes principalmente no Nordeste do país são ainda motivo de particular preocupação para a agricultura de Maranhão e Piauí. Nesses Estados - que, com o nortista Tocantins, formam a região conhecida como Mapito -, a colheita da safra de grãos é realizada sempre depois da efetuada no Centro-Sul. As perdas

no campo ocorreram, com isso, na época em que a safra já se encaminhava para o seu encerramento.

No Piauí, a contabilidade das perdas na agricultura ocasionada pelo excesso de chuvas deverá ser apresentada nesta segunda-feira, de acordo com Paulo Rego Monteiro, superintendente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Estado. Os reveses abateram as plantações de soja e arroz, segundo ele, mas principalmente as lavouras da agricultura familiar.

No Estado, os alagamentos afetaram de maneira mais pronunciada as áreas de plantio da região norte, caracterizada mais pela agricultura familiar do que pela de propriedades de maior porte, concentradas mais ao sul. No levantamento da safra de grãos apresentado nesta quinta-feira - que, portanto, não pôde apurar os reflexos das chuvas em excesso sobre a produção agrícola - a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta aumento de 8% na área dedicada à soja no Piauí, para 273,9 mil hectares, e de 4,5% na produção, que deve atingir 856,2 mil toneladas na temporada 2008/09.

Tampouco foram contabilizadas ainda as perdas causadas pelas chuvas no Maranhão. Não há condições logísticas para a tarefa, segundo informações da Federação da Agricultura e Pecuária local. Técnicos e dirigentes da entidade ainda não puderam fazer o levantamento dos prejuízos porque não há condições de tráfego nas áreas mais atingidas.

Os alagamentos são mais preocupantes para a região centro-sul do Estado, e não no sul, onde fica Balsas, o principal polo de produção de grãos maranhense. Ainda assim, a situação preocupa porque não há condições de escoamento da soja já colhida na região para o porto de Itaqui, principal via de escoamento da produção do Estado.

Mesmo em Tocantins, que completa o tripé da região do Mapito, há um sinal de alerta por conta das chuvas. A Defesa Civil local está monitorando 13 municípios que correm risco de alagamentos. Os rios Araguaia e Tocantins estão em nível considerado acima do normal.

PSDB fará defesa do Bolsa-Família no NE - Julia Duailibi – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2009

Após fraco desempenho no Nordeste na eleição de 2006, tucanos vão apoiar, em seminário na Paraíba, políticas de transferência de renda

Amaisdeumanodaeleiçãopresidencialde2010, oPSDBcomeça a colocar em campo mcontra-ataque no Nordeste com o objetivo de desfazer a imagem e que o partido écontraaspolíticas de transferência de renda, como o Bolsa-Família. Com um discurso de que são a favor da ampliação do programa e de que o Bolsa-Escola, implantado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, "foi a mãe do Bolsa-Família", os tucanos pretendem defender a principal marca social do governo LuizInácio LuladaSilva,emseminário amanhã, na Paraíba.

A defesa do aperfeiçoamento, da manutenção e até da expansão do Bolsa-Família será a linha principal do encontro, do qual participarão parlamentares, governadoresepreifeitostucanos, além de lideranças do DEM e do PPS. Entre os dados queserãoapresentados,háaestimativadequeaté2milhõesde famílias poderiam ser incorporadas ao programa, se a gestão fossemaiseficiente."Vamosassumir o que fizemos e discutir o quequeremos.Vamosdesmistificaressaquestãodequeopartidoécontra essas políticas", disse o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE).

Como mote *PSDB e as Políticas Sociais: Presente, Passado e Futuro*,opartidoquerreunirna mesa *O Futuro das Políticas Sociais* os pré-candidatos à Presidência. OgovernadorAécioNeves (MG) confirmou presença. AdeJoséSerra(SP)estáindefinida por questões de agenda. OBolsa-Família foi criado no

governo Luiz Inácio Lula da Silva como resultado da unificaçãodosprogramasBolsa- Escola, Bolsa-AlimentaçãoeAuxílio- Gás, que já existiam na gestão deFHC.Segundoavaliação dos tucanos, desde 2006, quando Geraldo Alckmin disputou a Presidência, ficou a imagem no Nordeste de que o PSDB é contraosprogramasdetransferência de renda. Essa política é apontada por especialistas comoumdos pontosquemais ajudaram Lula a se reeleger.

Asituação no Nordeste não é um mar de rosas para os tucanos.

De acordo com pesquisa CNT/Sensus de março, é na região que Serra tem o pior desempenho: 38,5%das intenções de votos ante 52% na Região Sul.Étambém no Nordesteum dos pioresdesempenhos de Aécio: 15,5% contra29%noSudeste. Já a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pré-candidata do PT, tem o melhor desempenho no Nordeste: 26,5%, contra 11,4% no Sudeste.

DEBATE Há oito pontos básicos sobre o Bolsa-Famíliaqueopartidopretende debater. Além da questão da manutenção do programa, uma das linhas de discussão será a defesa do crescimento econômico e do emprego comofatoresquemaisbeneficiam os necessitados. O debate também seguirá a linha de que é obrigação dos governos manter as crianças na escola e em programas de saúde, independentemente de transferências.

Além desses pontos principais, serão colocadas em debate outras seis considerações. Entreelas,adefesadequeé"crime" fazer exploração política doBolsa-Famíliaequeoprogramanãoéuma" dádiva"dogoverno, mas um projeto pago com recursos dos contribuintes. "O que é hoje vendido como 'nunca antes se viu na história deste País' resulta de um longo processo histórico. Ignorá-lo podeatérenderdividendospolíticos imediatos,masénocivoao País, pois afasta a noção de que essas políticas são dever do Estado", disse a senadora Lúcia Vânia (GO). Os tucanos, no entanto, destacarão que Lula merece" aplauso"pormantereampliar o Bolsa-Família.

Serão levados a debate também os desafios atuais dos programas sociais. Uma das teses defendidas é a necessidade de maiorsinergiaentreoBolsa-Família e os benefícios rurais. Noencontro,haveráaleitura dedoistextosinéditossobreJosuédeCastroed.

HelderCâmara, cujos centenários de nascimentoforamcomemoradosem 2008 e 2009, respectivamente. O poeta Ferreira Gullar escreveusobreointelectualpernambucano

que dedicou a vida a estudos sobre a desnutrição no País.FHC,sobreo arcebispo de Olinda e Recife.

Entrevista nem tão imaginária – João Ubaldo Ribeiro – O Globo – Opinião – 10/05/2009

-O senhor, como um dos responsáveis pela execução do Bolsa Família...

— Perdão, há um equívoco. Eu não sou um dos responsáveis pela execução do Bolsa Família, longe disso. Minha área é de consultoria econômica e projetos.

— Ah, sim, desculpe, então o senhor dá consultoria ao Bolsa Família.— Até que se poderia dizer isso, mas daria a entender que eu trabalho no governo, o que não é verdade.

— Mas o Bolsa Família não é do governo? — Claro que é, mas a iniciativa privada já começou a assumir um papel significativo nessa área. Não podia deixar de ser assim, diante de um fenômeno tão importante, com ramificações no setor econômico e em tantos outros. Minha instituição não tem caráter comercial, mas gira realmente em torno do Bolsa Família.

— Ah, interessante. Qual é essa instituição? — O Instituto Brasileiro de Pesquisa e Aprimoramento do Bolsa Família, com sede em São Paulo. Por enquanto só compramos um prédio para a sede, na Avenida Paulista. Está acabando de ser montada, só falta o sistema de informática, que foi encomendado no Japão e atrasou um pouco.

Mas breve teremos escritórios nas principais cidades e, a longo prazo, em todo o Brasil.

— E o Instituto é mantido por quem? — Ah, existe um conjunto de mantenedores. Os fornecedores dos produtos das cestas, os envolvidos no esquema de distribuição, as associações de beneficiários do Bolsa Família...

— Associações de beneficiários do Bolsa Família? — É claro. Com a expansão do programa e as naturais distorções, era de esperar que os beneficiários se associassem para a defesa dos legítimos interesses comuns, estamos numa democracia pluralista e moderna.

Já existem diversas dessas associações e todo dia se registra uma nova em algum lugar do Brasil, todas com suas diretorias, funcionários e departamentos jurídicos. Não só as oportunidades de negócios criadas são extraordinárias para todos, como muitas dessa associações têm programas e propostas bem interessantes.

Assim de cabeça, lembro o projeto que cria estabilidade para o beneficiário com mais de dez anos de programa, o que define a linha sucessória para o benefício e inclui as famílias fora de casa, o que cria as Comissões Regionais de Supervisão do Bolsa Família, o que estabelece a 13a-bolsa, a bolsa de Natal, de Ano Novo, de São João, de Carnaval e de outras efemérides tradicionais no Brasil, o que duplica o benefício em caso de doença na

família até parentes no terceiro grau — e assim por diante, é muita coisa para tratar em pouco tempo.

— Eu não fazia ideia de que a situação já atingia essas proporções.

— Isto é apenas o começo. Em 2010, a meta é que um em cada três brasileiros esteja incluído no Bolsa Família. Isso deve ser uma nova razão de orgulho nacional, é mais, eu diria, do que a população da maioria dos países do mundo. Creio que somente no futuro vamos aquilatar a real dimensão desse fenômeno.

— É, também acho, embora não talvez do mesmo jeito que o senhor.

Realmente é muita gente. Mas essas denúncias de fraudes terríveis, com ricos e abastados recebendo a bolsa, políticos e assim por diante? — Esse problema está sendo examinado.

O governo prometeu excluir do benefício e punir os fraudadores.

Mas, na nossa opinião, esse não é o caminho, porque não leva a nada.

— Sim, punir, devolver dinheiro, esse negócio aqui não se usa, é verdade.

— Pois é, não faz parte da cultura, e isso é básico. Para nós, o que fica claro aqui é que precisamos mudar de paradigma. Enquanto não se estender o benefício a todos os brasileiros, não se terá um programa perfeito.

— Não entendi, o senhor quer dizer uma Bolsa Família para cada brasileiro? — Exatamente. Para não receber o benefício, o cidadão teria que renunciar a ele expressamente, mediante documento do próprio punho, ou através do site "A Bolsa é Nossa", que está entrando no ar este mês: www.esmolaesperta.org.br. Até no lema "um país de todos" isso se encaixa.

E note que a abrangência é surpreendente. O problema do desemprego, por exemplo, teria que ser visto sob nova perspectiva, isto porque o Bolsa Família já seria um anteparo automático.

— Mas para que um rico vai querer se inscrever no Bolsa Família? — Pergunte aos milhões que já se inscreveram, ué. Nessas questões, o realismo tem que prevalecer. O fato é que eles se inscrevem e a única maneira de evitar fraudes é estender o benefício a todos, com total transparência. Menos um problema, é só privilegiar a racionalidade.

— Mas o custo disso não seria impossível de suportar? — Absolutamente. Pelo contrário, a previsão é de que toda a atividade econômica gerada, direta e indiretamente, pelo Bolsa Família do futuro, resultará em maior arrecadação, além de sobre dinheiro de outros programas, que desejamos desativar, porque ou são redundantes ou, em última análise, colidem com os objetivos que vemos para o Bolsa Família.

— E aí sobra para meterem a mão, como sempre.

— Isso diz o senhor.

Bolsa fraudada – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 11/05/2009

As principais restrições que sempre foram feitas ao Programa Bolsa-Família, do governo Lula, se referiam à chamada "porta de saída", isto é, como tornar seus

beneficiários independentes do programa e introduzir, ou reintroduzir, no mercado de trabalho formal pessoas que se acostumaram a receber, sem nenhum esforço pessoal, um rendimento que, por menor que seja, cobre suas necessidades imediatas.

A bolsa não induziria seus beneficiários a um sentimento de acomodação?

Agora, no entanto, surge um outro problema nesse programa, aliás, previsível, mas que era considerado antes de mínima relevância: a grande quantidade de fraudes detectada em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Os números absolutos são impressionantes, mesmo que o porcentual fraudado não seja grande, se comparado ao volume de recursos empregados no programa (R$ 11,4 bilhões este ano) e à quantidade de beneficiários (11,1 milhões).

O TCU constatou a existência de nada menos do que 1,1 milhão de famílias que recebem recursos do Bolsa-Família apesar de contarem com rendimento próprio maior do que o estipulado para se inscrever no programa. Cruzando a lista de beneficiários com o Registro Nacional de Veículos Automotores, o TCU descobriu que 106,4 mil famílias atendidas pelo programa possuíam veículos novos – carros, caminhões, tratores e até motos importadas com valores elevados.

A propósito, uma família que declarou renda mensal por pessoa de R$ 35 – o que dava direito a receber R$ 94 do programa – tinha sete caminhões, avaliados em R$ 756,4 mil. Outra, com renda per capita declarada de R$ 60, possuía três tratores, avaliados em R$ 538,5 mil – e assim por diante.

Além disso, consultando o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi) do Dataprev, o TCU comprovou que receberam dinheiro do Bolsa- Família nada menos do que 3.791 mortos. Realmente, é uma multidão de fantasmas bolsistas de fazer inveja à população de defuntos ativos do livro *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo. O que é mais aberrante e condenável nesse tipo de fraude, envolvendo recursos públicos, é que pessoas muito pobres de fato, que necessitam dessa ajuda para ter condições mínimas de sobrevivência, especialmente alimentação, ficam sem ela. Pior do que o volume de recursos surrupiados dos contribuintes – e subtraídos de um programa social – é a facilidade que esse programa governamental propicia para a elucubração de criminosos esquemas fraudulentos, como se a criatividade delinquencial nele encontrasse terra fértil. E sem dúvida há toda uma perversa didática nesse processo – com discípulos ávidos em absorvê-la. Entre estes – como não poderia deixar de ser – figuras da política.

E agora vem a parte mais chocante: ao cruzar os nomes do rol de beneficiários do Bolsa-Família com a relação de candidatos nas eleições de 2004 e 2006, os auditores do TCU flagraram, como beneficiários do programa social, 577 políticos eleitos! E, se forem considerados os suplentes – aqueles candidatos que não foram eleitos –, o número cresce: foram 39.937 os políticos que receberam o Bolsa-Família. O TCU detectou que esses políticos – eleitos e não eleitos – pertencem a 22,6 mil famílias que só em fevereiro do ano passado ganharam R$ 1,5 milhão.

Quer dizer, além da sustentação político-eleitoral que esse programa social propicia, também contribui para a sustentação financeira de políticos de carreira.

Foi apenas em março de 2008 que o presidente Lula assinou decreto proibindo que políticos eleitos em qualquer esfera de governo recebam recursos do Bolsa-Família – antes tarde do que nunca.

O ministro do TCU Augusto Nardes, relator do caso das fraudes no Bolsa-Família, esclareceu que, considerando apenas as irregularidades mais evidentes, há pelo menos 312.021 famílias que não deveriam estar no programa, do que resulta prejuízo mensal ao erário de R$ 26,5 milhões. Por tudo isso, há um investimento urgente a fazer para que esse importante programa social deixe de ser um estímulo à "criatividade fraudulenta": montar um rigoroso esquema de fiscalização.

Terras indígenas e reservas possuem 30% do carbono estocado na Amazônia – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil – 12/05/2009

Na Amazônia brasileira, nas árvores que estão nos 100 milhões de hectares de terras indígenas e reservas extrativistas, há 15 bilhões de toneladas de carbono estocadas. Este volume impressionante, que causaria um caos climático se liberado na atmosfera, é 30% das 47 bilhões de toneladas de carbono que estão espalhadas nos troncos, galhos e no solo das florestas da região. Mais do que isso: representa oito vezes o esforço mundial de reduzir a emissão de gases-estufa prevista no primeiro período do Protocolo de Kyoto.

Esses dados foram divulgados ontem, em Brasília, durante um seminário que reúne povos indígenas e populações tradicionais da Amazônia brasileira e de países vizinhos para discutir mudanças climáticas. Fazem parte de estudo do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam) com a Universidade de Minas Gerais e o Woods Hole Research Center. "Fica evidente o papel que eles têm na preservação das florestas e na proteção deste grande estoque de carbono", diz Paulo Moutinho, coordenador de pesquisas do Ipam.

O que se discute é REDD, a sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, que define um mecanismo para evitar a emissão de carbono que acontece nas queimadas e derrubadas de florestas. REDD tem sido discutido nas reuniões internacionais que antecedem à 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas em dezembro, em Copenhague. "O grande risco do REDD é ficar no varejo, cada um com seu método e seu tipo de compensação, uma série de projetos com uma série de atores e política diversa sem respeito aos direitos das populações tradicionais", resume o pesquisador. A ideia do seminário é avançar no debate e chegar a Copenhague com um documento que enumere as propostas e os princípios de REDD de acordo com a visão dos povos da floresta. "REDD precisa ser de larga escala, com princípios de transparência e governabilidade", registra Moutinho.

"Estamos, nesse momento, com todas as calhas maiores de rios do Estado do Amazonas alagadas e com 20 mil famílias desabrigadas", diz Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros. "Isto nunca aconteceu na história", continua, detectando o que considera o efeito das mudanças climáticas na Amazônia. O seminário, diz, pretende iniciar a construção de uma proposta de REDD para a floresta amazônica e discutir novas formas de usar os recursos naturais da região. "Hoje é mais fácil encontrar créditos para desmatar um hectare de floresta e criar gado que para conseguir financiamento para coletar castanha ou comprar um kit e extrair látex das seringueiras. Temos que mudar este cenário", diz Cunha.

Francisco Avelino Batista, conhecido como Chico Apurinã, líder da Coiab (entidade que representa 165 etnias) , registra que os povos indígenas estão sofrendo os efeitos do aquecimento global sem desmatar a floresta. "Nosso entendimento é discutir REDD de forma que se reconheça o trabalho que fazemos", diz.

REDD é uma palavra ampla, onde cabem muitas interpretações. A do governo brasileiro, por ora, é a de que as florestas devem participar dos mecanismos de negociação do regime climático, mas isso não significa negociar projetos de redução de emissão baseados em reduções futuras ou vinculados ao mercado de carbono. "Mas não há uma posição fechada", diz Thaís Juvenal, diretora do Serviço Florestal Brasileiro. O formato, hoje, é o do Fundo Amazônia, onde se captam recursos baseados na redução de emissões já evitadas. A sociedade civil faz parte do comitê orientador do Fundo e discute a aplicação de seus recursos.

Renda agrícola deve subir apenas no Norte do país – Valor Econômico – Agronegócios – 12/05/2009

Em recuperação na comparação com as previsões do primeiro trimestre, mas ainda abaixo do resultado consolidado de 2008, a mais recente projeção do Ministério da Agricultura para a renda agrícola ("da porteira para dentro") das 20 principais culturas do país em 2009 mostra que, apesar da tendência geral, metade delas deve ter aumento.

O mesmo equilíbrio, porém, não será observado entre as regiões do país, já que apenas para o Norte a estimativa oficial sinaliza incremento. No total, a receita deverá somar R$ 155,996 bilhões em 2009, 3,2% menos que no ano passado, como já informou o Valor.

Entre as principais culturas, o ministério projeta quedas de renda agrícola para algodão em caroço (22,8%), banana (2,1%), café em grão (14%), cebola (13,5%), feijão em grão (8,9%), fumo em folha (2,6%), milho (26,4%), soja (1,6%), tomate (12,4%) e trigo em

grão (19,3%). Deste rol, destacam-se soja e milho, que ocupam a primeira e a terceira posições no ranking de maiores receitas agrícolas do país.

Os números do ministério indicam ganhos nos casos de amendoim em casca (21,2%), arroz em casca (21,1%), batata inglesa (4,8%), cacau (19,7%), cana (5,9%), laranja (4,7%), mandioca (14,4%) e pimenta-do-reino (7,2%). Os destaques do grupo são cana, arroz e laranja, que ocupam o segundo, o quarto e o quinto posto no ranking puxado pela soja.

Como não poderia deixar de ser, o comportamento da receita por região acompanha as curvas previstas para as maiores culturas, e o Norte deve registrar aumento em grande parte porque só lá a estimativa para a renda do milho é positiva. A soja, por sua vez, deverá avançar no Norte, Nordeste e no Centro-Oeste; a cana sobe no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto o arroz vai bem no Norte, no Sul e no Centro-Oeste.

Patrus ataca mídia por noticiar fraude no Bolsa-Família - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional – 16/05/2009

Para ministro, setores minoritários, com influência nos meios de comunicação, são intolerantes com pobres

Demonstrando contrariedade coma abordagemda imprensa às fraudes detectadas recentemente no programa Bolsa-Família, ominist rodoDesenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, afirmou ontem que setores minoritários do País, com influência nos meios de comunicação, são intolerantes "comos direitos e com as lutas dos pobres". No início do mês, uma auditoria doTribunal de Contas da União (TCU) apontou que mortos, políticos eleitos, suplentes e outras pessoas que não teriam direito recebem o benefício. O ministro acredita que falta boa vontade com as políticas sociais do governo e classificou como "muito ruim"a expressão portas de saída, usada para caracterizar uma etapa posterior ao programa de transferência de renda.

"Traduz um sentimento assim: quando essas pessoas vão sair daí?Como se os pobres fossem incômodos. Na minha terra, no norte de Minas, porta de saída é a serventia da casa",disse. "Nós queremos cada vez mais é ampliar as portas de entrada, para que os pobres cada vez mais tenham entradas no Brasil. Portas de entrada para a inclusão, portas de entrada parao trabalho,portasde entrada para a educação, portas de entrada para a dignidade, para a cidadania."

ANIMOSIDADE

O relatório do Tribunal de Contas da União constatou indícios de fraude no pagamento de cerca de 106mil benefícios, o equivalente a 3,4% da folha mensal de

pagamentos. Em uma palestra para assistentes sociais, em Belo Horizonte, Patrus falou em somente mil casos suspeitos e observou que o Bolsa-Família atendemais de 11milhões de famílias no Brasil.

Para o ministro, as notícias sobre a auditoria refletem uma "animosidade" com o programa e avaliou que "o retrocesso é possível" porque existe ainda no Brasil forças políticas e econômicas minoritárias, mas poderosas, que são contrárias às políticas sociais.

"Os nossos adversários não descansam. Ainda tem gente no Brasil com mentalidade escravocrata", afirmou. "É impressionante, qualquer problema que aparece, como que eles veem com sofreguidão, o que expressa a animosidade que eles têm com qualquer dinheiro direcionado aos pobres. O País aceita sem discussão nenhuma subsídios para os ricos."

Patrus disse que as denúncias estão sendo apuradas e em entrevista ponderou, destacando a importância do TCU e da imprensa no combate a fraudes e equívocos do programa, "ainda que localizados".

Segundo ele, o governo temdado "forte ênfase" à capacitação profissional dos beneficiários, pormeio de convênio com empresas e oportunidades geradas pelos investimentos e obras doPrograma deAceleração do Crescimento (PAC).

O ministro considerou positivo o fato de o PSDB ter realizado recentemente umseminário em João Pessoa (PB) sobre os programas de transferência de

renda, assumindo odiscurso de que é a favor do Bolsa-Família, mas com a preocupação de fazer "avançar" as políticas sociais. "Acho bom que eles estejam discutindo isso, aplaudo."

VIRADA HISTÓRICA

Patrus reconhece que o programa teve antecedentes no governo Fernando Henrique Cardoso, como Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, mas afirma que a "virada histórica" ocorreu na atual gestão.

Ominístro ressaltou que o governoestá empenhado em criar uma base jurídica para a manutenção dos programas sociais. "No sentido que esses programas se tornem cada vez mais políticas públicas, políticas de Estado. Ou seja, para mudá-los ou para haver qualquer retrocesso tem de mudar a lei. Em alguns até nós estamos procurando colocar no campo constitucional."

PSDB afina discurso pró-Bolsa Família – Wagner Gomes – O Globo – O País – 16/05/2009

Estratégia dos tucanos para 2010 será dizer que programa precisa ser aperfeiçoado

SÃO PAULO. O PSDB adotou o discurso de que não pretende discutir a paternidade do Bolsa Família, mas prepara, para a campanha presidencial de 2010, uma grande defesa do programa, principalmente no Nordeste. O presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), disse que, independentemente do candidato a ser escolhido pelo partido, as propostas tucanas no campo social terão destaque no programa de governo.

A preocupação é mostrar que iniciativas como o Bolsa Família serão ampliadas na gestão tucana.

— A idéia não é discutir paternidade, mas vamos oficializar o que fizemos durante o governo Fernando Henrique Cardoso e dizer que fizemos muito mais do que a população conhece. Vamos também reconhecer que o programa é parte positiva e bem-sucedida do atual governo, mas que precisa ser melhorado e ampliado — disse Guerra.

O Bolsa Família foi lançado em setembro de 2004 como um programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza, com pagamentos mensais de R$ 69,01 a R$ 137. Trata-se, lembram os tucanos, de uma reformulação e ampliação do Bolsa Escola, adotado pelo governo Fernando Henrique.

Na visão dos tucanos, o Bolsa Família distribui dinheiro para a população pobre, mas não melhora o nível de vida dos beneficiados.

Segundo o presidente do PSDB, dois milhões de pessoas poderiam ser incorporadas ao programa, se ele fosse mais eficiente.

Guerra propõe ainda uma discussão que leve em consideração o crescimento econômico e a necessidade de aumento do emprego. O tema foi amplamente discutido no início da semana no seminário "PSDB e as políticas sociais: passado, presente e futuro", realizado em João Pessoa (PB). Além dos tucanos, participaram aliados do PPS e do DEM.

O secretário nacional do PSDB, deputado Rodrigo de Castro (MG), disse que o partido vai retomar a bandeira das políticas sociais, hoje nas mãos do PT. Um dos líderes do DEM paulista e importante aliado do governador José Serra (PSDB), que preferiu não ser identificado, disse ontem em São Paulo que o Bolsa Família funciona como um excelente programa eleitoral para qualquer candidato. Para ele, os tucanos e seus aliados não poderão ser acusados de tentar paralisar o Bolsa Família.

Serra também anunciou medidas na área social

O governo Serra anunciou recentemente iniciativas na área social: será oferecido aos desempregados um curso de qualificação remunerado, como outra forma de transferência de renda.

A pessoa beneficiada não pode estar recebendo auxílio-desemprego, precisa ter entre 30 e 59 anos, o segundo grau incompleto e ser, preferencialmente, chefe de família. O curso tem 200 horas, sendo 80 de habilitação específica e 120 de reforço de ensino fundamental. O curso é gratuito e o interessado ganha R$ 210 por mês durante os três meses de duração do curso.

Segundo a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, a possibilidade de a pessoa que conclui o curso obter um emprego é muito grande. A ideia é a de que o beneficiado arrume emprego e não fique a vida toda dependendo da ajuda do governo, uma das críticas que os tucanos fazem hoje à forma como o Bolsa Família vem sendo administrado pelo governo Lula.

Oficina debate microcrédito para beneficiários do Bolsa Família em Recife – Sítio Eletrônico do MDS – 13/05/2009

O microcrédito orientado destinado a beneficiários do Programa Bolsa Família será tema de uma oficina que acontece nesta quarta-feira (13/5) em Recife, capital de Pernambuco. Representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dos nove Estados nordestinos e do Banco Nacional do Nordeste (BNB) vão debater resultados da experiência que já chegou a mais de 200 mil beneficiários do programa de transferência de renda. A integração entre as duas iniciativas – microcrédito e Bolsa Família - é considerada importante ferramenta para promover a emancipação da população de baixa renda. A diretora da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, Camile Mesquita, é uma das convidadas da oficina, que ocorre das 9 às 17 horas.

Os pequenos empréstimos concedidos pelo BNB aos beneficiários do Bolsa Família, executado pelo MDS, se transformam em capital de giro nas mãos dos novos microempreendedores. Os valores do crédito não são contabilizados como renda familiar. Além dos recursos, os clientes recebem orientação do BNB. A meta do banco é elevar em 70% o quantitativo de clientes do programa que sejam beneficiários do Bolsa Família até 2010. A rede de atendimento é composta por 88 unidades e postos e 414 assessores de crédito.

O Bolsa Família atende 11,3 milhões de famílias em todos os Municípios brasileiros. Mais da metade dos recursos mensais (R$ 954 milhões) é destinada aos beneficiários nordestinos. O valor do benefício varia de R$ 20,00 a R$ 182,00 de acordo com o perfil econômico e a composição familiar. Para manter o benefício, crianças e adolescentes precisam freqüentar a escola e cumprir a agenda de saúde.

Roseli *Garcia*

SERVIÇO

Oficina "Programas de Microcrédito do BNB" em Recife (PE) – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Data: 13 de maio de 2009 (quarta-feira)
Horário: 9 às 17 horas
Endereço: edifício Apolônio Sales, avenida Conde da Boa Vista, 800, 2º andar, bairro Boa Vista.

Governo vai antecipar Bolsa Família para vítimas de chuvas no Nordeste – Efrém Ribeiro – O Globo – O País – 15/05/2009

Valor máximo de saque do FGTS é de R$ 2,6 mil, mas deve subir

TERESINA. O superintendente nacional da Caixa Econômica Federal, Nelson Antônio de Souza, informou ontem, em Teresina, que a instituição vai liberar o saque do FGTS para os trabalhadores com carteira assinada atingidos pelas enchentes nos estados onde a situação é mais grave: Piauí, Maranhão, Ceará, Amazonas e Pará.

O governo federal já tinha tomado essa iniciativa para os trabalhadores com empregos formais atingidos pelas enchentes em Santa Catarina. Souza, que se reuniu com 25 prefeitos, disse que até agora cada trabalhador tem direito a sacar, no máximo, R$ 2.600, mas o presidente Lula vai assinar decreto aumentando o valor para R$ 4.450. O reajuste é baseando no novo salário mínimo.

O trabalhador receberá o dinheiro cinco dias após formalizar o pedido de saque.

Souza também informou que será antecipado o pagamento do Bolsa Família em Piauí, Ceará, Maranhão, Amazonas e Pará.

O dinheiro que seria liberado de 10 a 12 de junho sairá entre os dias 1oe 2. Ele falou que o governo federal está estudando o pagamento de uma parcela extra do Bolsa Família para os estados atingidos pela chuva.

O superintendente informou que as micro e pequenas empresas que tiveram perdas por causa das enchentes terão acesso a linha de crédito com juros 0,83% mais TR (Taxa Referencial). Nessa linha de crédito, com verbas do PIS, só para o Piauí serão oferecidos R$ 50 milhões. Para pequenas e médias empresas será emprestado capital de giro com juros de 1,27% ao ano.

A CEF está fazendo uma campanha nacional de arrecadação de verbas para o atendimento de vítimas das enchentes sem emprego formal. Souza afirmou que a Caixa vai oferecer empréstimos a grandes empresas e indústrias de áreas atingidas, com juros definidos de acordo com o valor e o prazo de pagamento.

Todos os empréstimos terão carência de seis meses, incluindo os para pessoas físicas.

Governo agora quer incluir sem-terra no Bolsa Família – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009

Em vez de cestas básicas, acampados passariam a receber cartões do programa

Em 2008, União distribuiu 925,5 mil cestas a 225 mil famílias -uma cesta a cada quatro meses; com o cartão, benefício passa a ser mensal

O governo federal fará uma varredura nos acampamentos da reforma agrária para, ainda neste ano, incluir todos os sem-terra no Bolsa Família. O objetivo é trocar a cesta básica pelo cartão do programa.
No ano passado, por exemplo, o governo distribuiu 925,5 mil cestas de alimentos a 225 mil famílias cadastradas em acampamentos pelo interior do país. A média foi de uma cesta básica a cada quatro meses.
Com o cartão do programa, o benefício à família será mensal, em dinheiro, o que permitirá ao governo interromper a distribuição da cesta.
"A cesta não incentiva o desenvolvimento do comércio local. A ideia é que, a médio prazo, não tenha mais esse atendimento [com cestas]", afirma Lúcia Modesto, secretária de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Essa iniciativa encontra resistência no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que vê na ampliação do Bolsa Família um risco de desmobilização de suas bases.
Questionado sobre esse possível efeito do programa, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirmou: "Se eles [sem-terra] vão ficar desmobilizados, não é problema do Estado. É um problema do movimento".
Para José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST, o agravamento da crise econômica provocará o aumento das mobilizações pelo país, o que justificaria a necessidade da reforma agrária.
"O Bolsa Família não vai resolver os problemas dos acampados, que têm consciência e não querem viver de uma ajuda do governo. Eles querem trabalhar na terra, cuidar da família e colocar os filhos na escola. As políticas assistenciais são importantes, mas insuficientes para abrir perspectivas de futuro para as famílias."
A inclusão no Bolsa Família não levará em conta a eventual participação dos sem-terra em invasões de terra ou na montagem de barracos numa área com a reintegração de posse determinada pela Justiça.
Não há uma verba específica para atender os sem-terra no Bolsa Família. O orçamento de 2009 será ampliado em R$ 400 milhões, atingindo R$ 11,8 bilhões, para incluir novas famílias cadastradas pelo país, todas as que hoje recebem cestas básicas do governo federal, como os acampados, quilombolas, atingidos por barragens e indígenas.
Até 2010, a meta do governo é ampliar o número de famílias atendidas dos atuais 11,1 milhões para 12,9 milhões. Ao final deste ano, já serão 12,3 milhões atendidas (incluindo os acampados).
Esse processo vinha sendo costurado há ao menos três anos no governo, mas ganhou impulso com um recente pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) para que, ao final de 2010, nenhuma família considerada "pobre" (com renda per capita abaixo de R$ 137) esteja fora do programa.
Como estima-se que muitas delas estejam nos acampamentos, coube então ao Desenvolvimento Social e ao Desenvolvimento Agrário encontrar uma fórmula para incluí-las.

As prefeituras, responsáveis pelo cadastramento dos beneficiários, farão a varredura nos acampamentos num prazo de três meses, para saber quantas das 225 mil famílias se encaixam no perfil de renda do programa, mas ainda não possuem o cartão do Bolsa Família.
Um obstáculo operacional foi solucionado: as prefeituras poderão incluir o nome do acampamento no espaço destinado ao "endereço" da família.
Além do cadastro, caberá às prefeituras oferecer serviços de saúde e vagas nas escolas aos filhos dos sem-terra. Os beneficiários do Bolsa Família são obrigados a cumprir condicionalidades para se manter no programa, como a frequência mínima de 85% nas aulas.

Bolsa reduziu base de apoio dos sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 17/05/2009

DA REDAÇÃO

O Bolsa Família é um dos fatores responsáveis pelo esvaziamento dos movimentos dos sem-terra durante o governo Lula.
Seus integrantes em geral não são recrutados no campo, mas na periferia das cidades. Essa clientela só aceita enfrentar riscos para obter um lote de terra porque já não vê nenhuma possibilidade de conseguir um emprego urbano.
Quando o governo oferece uma renda fixa, ainda que pequena, o número de famílias dispostas a entrar na luta agrária diminui.
De 2003 para 2006, o número de famílias atendidas pelo programa passou de 3,6 milhões para 10,9 milhões. No período, o número de famílias que invadiram terras caiu de 65.552, em 2003, para 44.364, em 2006, enquanto a quantidade daquelas acampadas caiu de 59.082 para 10.259. Isso explica por que 11 organizações de sem-terra desapareceram.
Essa correlação entre o avanço do Bolsa Família e o declínio do MST era potencializada pelo fato de que o programa fazia com que o trabalhador optasse entre o benefício e o movimento -para obter o auxílio, era preciso preencher um cadastro com características do domicílio, o que era difícil para acampados, que em tese não têm endereço. Ao mesmo tempo, o benefício também desestimula o sem-terra a deixar o acampamento para promover novas invasões.

MDS inicia expansão do Bolsa Família para atender população vulnerável – Sítio Eletrônico do MDS – 18/05/2009

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) inicia, nesta segunda-feira, o pagamento do benefício do Bolsa Família com a inclusão de mais 382 mil famílias. O objetivo da ampliação é garantir acesso de toda população pobre à renda e aos serviços de educação e saúde.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) inicia, nesta segunda-feira (18/5), o pagamento do benefício do Bolsa Família com a inclusão de mais 382 mil famílias. Esta é a primeira etapa da expansão do programa de transferência de renda que atendia, até abril deste ano, 11,1 milhões de domicílios em todos os Municípios brasileiros. Além do grupo de beneficiários incluídos agora em maio, mais 500 mil entrarão no programa, em agosto, e outras 500 mil, em outubro. Ao todo, serão beneficiadas cerca de 1,3 milhão de famílias em 2009.

O objetivo da ampliação – que acontece por conta da mudança no critério de renda para ingresso no programa, que a partir de agora atenderá famílias com renda *per capita* mensal de até R$ 137,00 (o limite anterior era de R$ 120,00) - é garantir acesso de toda população pobre à renda e aos serviços de educação e saúde. **Os valores dos benefícios não foram alterados**: variam entre R$ 20,00 e R$ 182,00 de acordo com a composição e o perfil econômico da família.

As novas concessões vão priorizar as regiões metropolitanas para combater a pobreza nos grandes centros urbanos, mas o crescimento ocorrerá em todas as regiões. A estimativa do MDS é chegar a 12,9 milhões de domicílios em 2010. Uma reserva de 600 mil benefícios será usada para inclusão de famílias identificadas pelos Municípios em bolsões de pobreza e grupos específicos, como população de rua e acampada da reforma agrária, moradores de áreas remanescentes de quilombos e indígenas.

A secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto, lembra que a ampliação tem por finalidade atender toda a população brasileira em situação de extrema pobreza e pobreza. “Isso significa que o número de famílias beneficiadas pelo programa varia de acordo com o tamanho desse contingente”. Lúcia Modesto revela que a tendência de redução da pobreza nos últimos anos, impulsionada pelo bom desempenho da economia e, em particular, pelo crescimento da renda dos mais pobres, indica que, no futuro, o número de pessoas que necessita do programa possa ser reduzido gradativamente. Por enquanto, acrescenta, o problema da pobreza no País ainda requer a implementação de políticas que garantam o atendimento das necessidades básicas dos segmentos mais vulneráveis.

A atuação das Prefeituras municipais é imprescindível para garantir a inclusão da população mais vulnerável. É preciso identificar e cadastrar moradores que vivem em

bolsões de pobreza e áreas de difícil acesso. A atualização permanente dos dados cadastrais também é um instrumento capaz de permitir que o benefício chegue, de fato, à população que dele precisa. Cidades como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Fortaleza (CE), entre outras, só atingirão suas estimativas de famílias pobres se fizerem um considerável volume de cadastros.

Estimativa - Para chegar à nova estimativa de cobertura do Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social corrigiu o critério de renda para ingresso no programa. O reajuste obedeceu a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre abril de 2006 e dezembro de 2008. Duas novidades foram adotadas no desenho do Bolsa Família para cálculos das novas estimativas: a metodologia denominada Mapas de Pobreza, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que reflete de maneira mais fiel alterações socioeconômicas ocorridas nos Municípios, e o cenário de pobreza em cada cidade.

Antes, o parâmetro de população atendida era definido com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2004. Além dos *Mapas de Pobreza*, o Governo Federal incorporou um coeficiente de instabilidade de renda da população pobre – calculado pelo Ipea com base na pesquisa mensal de emprego – na elaboração da estimativa. Essas mudanças refletem o avanço do Bolsa Família que vai aprimorar ainda mais a sua focalização e dar mais segurança para que o beneficiário busque a sua autonomia.

Roseli *Garcia*

Ouça o boletim de rádio: MDS inicia expansão do Bolsa Família para atender população vulnerável

Estados	Famílias incluídas em maio
AC	167
AL	6.982
AM	2.736
AP	29
BA	30.901
CE	7.394
DF	76
ES	451
GO	22.604

MA	38.077
MG	15.296
MS	3.642
MT	8.810
PA	18.616
PB	20.202
PE	13.042
PI	8.386
PR	28.088
RJ	57.228
RN	7.915
RO	11.796
RR	246
RS	14.628
SC	3.324
SE	12.593
SP	46.913
TO	2.653
Total	**382.795**

CNA apóia Bolsa Família nos acampamentos – Sítio Eletrônico da CNA – 19/05/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, apóia a substituição da cesta básica, distribuída pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, via intermediários do MST, pelo programa Bolsa Família. "O Bolsa Família representa a assistência direta do Estado, via as prefeituras, sem intermediários que patrocinam invasões em proveito político próprio", afirma. "Pessoas desprotegidas e sem renda são alvos preferenciais para pretensos líderes que agem com violência e praticam atos ilegais", completa.

A senadora observa que as datas das invasões, ou manifestações, são sincronizadas com a distribuição das cestas básicas para garantir a participação dos acampados. Além do mais, segundo a presidente da CNA, enquanto a doação de cestas básicas não tem condicionantes, a Lei n° 10.836/04, que criou o Bolsa Família determina que, para obter o benefício, é preciso atender a requisitos. Entre eles, a senadora cita o exame pré-natal,

acompanhamento nutricional e freqüência escolar de 85% em estabelecimento de ensino *regular*.

Desta forma, segundo a presidente da CNA, o poder público, via Prefeituras, fará o cadastramento dos beneficiados e o acompanhamento destas famílias, que receberão uma identificação social (NIS - Número de Identificação Social). "O direito do cidadão não precisa de intermediário, nem precisa de pistolão. Precisa, sim, da presença do Estado", conclui.

Mais sem-terra receberão Bolsa-Família – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/05/2009

Segundo ministério, serão atendidos acampados listados pelo Incra que aguardam lotes

O Ministério do Desenvolvimento Social anunciou ontem que incluiu mais 382 mil famílias na lista de pagamento de benefícios do Bolsa-Família. Em agosto outras 550 mil serão acrescentadas à lista.

Trata-se da primeira etapa de um plano que visa a estender o programa a 1,8 milhão de novas famílias até o final de 2010.

Com isso, a lista de pagamento passaria dos atuais 11,1 milhões de famílias para 12,9 milhões.

De acordo com assessores do ministério,as prefeituras receberam orientação para ir atrás das pessoas em situação de maior risco, sob o ponto de vista da segurança alimentar.

Isso inclui moradores de rua, populações quilombolas e grupos indígenas.

A lista de grupos visados ainda inclui a população de acampamentos da reforma agrária, conforme informou no domingo a *Folha de S. Paulo*. Ontem, assessores do ministério explicaram que somente serão atendidos acampados listados pelo Instituto Nacional deColonização e Reforma Agrária (Incra), à espera da regularização dos lotes que irão ocupar. Grupos que invadirem propriedades não serão incluídos.

Ao comentar a iniciativa, o economista João Pedro Stédile, principal líder do Movimento dos Sem- Terra(MST)observouqueseriamelhorseogoverno investisse mais na reforma agrária. "Essa é a pauta que preocupa o MST", afirmou. "O governou cortou em48% os recursos do orçamento desse ano, com a desculpa da crise.

Isso é uma vergonha." Stédile também lembrou que o governo se recusa a rever os índices de produtividade rural, que estariam desatualizados. Com a mudança seria possível desapropriar mais terras para a reforma.

"Milhares de famílias estão acampadas esperando terra e não apenas comida", afirmou. "Estamos preocupados em discutir um projeto de distribuição de renda, sem ficar limitado apequenas questões, tais como distribuir comida para pobre.

Isso é secundário agora." Ainda segundo Stédile, seria mais interessante discutir

Com o ministério formas de ampliar a implantaçao de pequenas agroindústrias nos assentamentos e aumentar os recursos do programa de compra da produção de pequenos agricultores, mantido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Agronegócio e serviços sustentam alta do emprego – Estado de São Paulo – Capa – 19/05/2009

Postos com carteira assinada triplicam, mas sinais de crise persistem Depois de perder quase800mil vagas na virada do ano, o mercado de trabalho dá sinais de lenta reação. Em abril, registraram se 106,2 mil contratações a mais do que demissões. Foi o terceiro mês seguido de saldo líquido positivo de empregos formais, puxado pelo agronegócio e pelos serviços.O resultado foi três vezes mais alto que o de março, mas foi o pior abril desde 1999, sintoma de que a crise persiste.

De janeiro a abril, foram criadas 48,5 mil ocupações, contra 848,9 mil no mesmo período de 2008. Além disso, a abertura de empregos respeitou fatores sazonais.

Em São Paulo, Estado que mais contratou, 21,7 mil das 72 mil vagas criadas surgiram no interior e estão diretamente ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar e do café.

Emprego reage, mas lentamente – Isabel Sobral – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/05/2009

Depois de perder quase 800 mil vagas na virada do ano, o mercado de trabalho dá sinais de reação, embora a recuperação ainda seja lenta em frágil. Em abril, pelo terceiro mês consecutivo, o mercado de trabalho com carteira assinada apresentou resultado positivo. Foram 106,2 mil contratações a mais do que demissões, segundo dados o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem. Os resultados foram puxados pelo agronegócios e pelo setor de serviços.

Mas, embora o resultado tenha sido três vezes mais alto que o de março – quando foram abertas 34,8 mil vagas –, esse foi o pior abril da série doCageddesde1999. No acumulado do ano, é nítido o estrago causado pela crise mundial, já que, de janeiro a abril, foram criadas 48,5 mil ocupações ante 848,9 mil em igual período do ano passado. Uma boa notícia é que, em abril, apenas a indústria de extração mineral demitiu mais que contratou e todos os demais setores admitiram mais empregados. Com o saldo líquido de abril, o estoque de empregos com carteira assinada no País subiu 0,33%,parapoucomaisde32 milhões de postos.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, arriscou uma previsão para 2009 e disse que espera a criação de mais de1milhãodeempregoseste ano. "O Brasil está dando sinais inequívocos de recuperação."

Apesar de maio ainda estar longe do fim, ele disse que o saldo de empregos formais este mês deverá ser melhor que o de abril. Para Lupi, o crescimento das vagas formais por três meses seguidos é um dado consistente de recuperação da economia brasileira. "Ninguém contrata com carteira assinada se estiver tendo prejuízo."

Embora seja inegável o aumento do saldo de empregos formais de março para abril, também é fato que abril tem sazonalidades que podem não se repetir.Um desses fatores é o comportamento do agronegócio, que, em abril, foi o segundo setor que mais gerou vagas,com saldo líquido de 22,6 mil. O início do plantio e moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul do País e o cultivo de café são os dois melhores exemplos.

Em São Paulo, que puxou o saldo do Caged em abril, 21,1 mil postos foram abertos no interior e estão associados ao ciclo da cana e outros 595 ao ciclo cafeeiro. No total, o Estado criou 72.022 vagas.

"São Paulo foi a locomotiva do emprego em abril", resumiu Lupi.

No setor de serviços, foram abertas 59,3 mil vagas, liderando entre os setores, com destaques para os serviços ligados a alimentação.O comércio foi outra surpresa positiva, com 5,7 mil ocupações com carteira assinada em abril, deixando para trás quatro meses seguidos de resultados negativos. A explicação é que os varejistas voltaram a fazer encomendas após venderem os estoques de produtos nos três primeiros
meses do ano. ●

Morador de rua também terá Bolsa Família – O Globo – Capa – 20/05/2009

O Bolsa Família será concedido a 600 mil moradores de rua, acampados da reforma agrária e habitantes de áreas remanescentes de quilombos. O primeiro grupo será dispensado das contrapartidas exigidas pelo programa, como manter crianças na escola e participar de projetos de capacitação. Para o ministro Patrus Ananias, é preciso reduzir entraves burocráticos. **Página 11**

Bolsa Família inclui até moradores de rua – Demétrio Weber – O Globo – O País – 20/05/2009

Embora benefício pressuponha contrapartida, governo vai ampliar ainda mais número de atendidos nesse segmento

BRASÍLIA. O Bolsa Família, que já atende 20,4 mil moradores de rua, vai aumentar sua presença nesse segmento da população.

Até o fim do ano que vem, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) prevê incorporar mais 1,8 milhão de novos beneficiários, dos quais 600 mil

deverão ser moradores de rua, acampados da reforma agrária, indígenas e habitantes de áreas remanescentes de quilombos.

Ontem, o ministro Patrus Ananias participou da abertura do 2o Encontro Nacional da População em Situação de Rua. Ele defendeu a articulação de diferentes políticas sociais para ajudar os grupos "mais vulneráveis": — As pessoas têm direito a viver com dignidade.

Segundo o MDS, cabe às prefeituras fiscalizar e dar condições para que os filhos dos beneficiários do Bolsa Família vão à escola e aos postos de saúde.

Em troca do pagamento mensal de R$ 20 a R$ 182, o programa exige que crianças e jovens até 17 anos estudem. No caso das crianças de até 6 anos, das gestantes e das nutrizes (mulheres em fase de amamentação), são cobradas visitas regulares aos postos de saúde.

O governo desconhece o número de moradores de rua no país. Levantamento em 71 municípios de médio e grande porte, concluído ano passado, indicou a existência de 31.922 pessoas nessa situação. O governo sabe, porém, que o número nacional é bem maior, já que capitais como São Paulo, Belo Horizonte e Recife ficaram fora da pesquisa.

O levantamento restringiu-se à população adulta, acima de 18 anos. Segundo o MDS, a proporção de crianças e jovens que efetivamente não têm lar é reduzida.

Isso dispensaria a oferta de matrículas e a fiscalização da frequência escolar na maior parte dos casos, segundo a assessoria.

O critério de acesso ao Bolsa Família é ter renda por pessoa inferior a R$ 137 mensais. A renda máxima para quem não tem filhos é R$ 69, o que dá direito a um benefício de R$ 62 por mês.

O ministério recomenda às prefeituras que registrem o endereço de albergues na hora de cadastrar moradores de rua. Superar entraves burocráticos, entende Patrus, é um dos desafios para a expansão do programa, especialmente quando o alvo é a população mais miserável. Hoje, dos 11,1 milhões de beneficiários, 84% dos dependentes de até 17 anos têm a frequência escolar monitorada. Na área de saúde, o percentual é de 58%.

Hoje, 57.800 indígenas, 16 mil quilombolas e 3.500 trabalhadores resgatados de subempregos análogos à escravidão recebem o Bolsa Família. No caso dos sem-terra, o MDS diz que serão atendidas famílias instaladas em pré-assentamentos do Incra.

Famílias nas calçadas – Luiz Garcia – O Globo – Opinião – 22/05/2009

O mais bem-sucedido programa social do governo federal, o Bolsa Família, atende hoje 20.400 moradores de rua no país inteiro. Provavelmente, não é grande fatia do total. Na verdade, não se tem a menor ideia de quantos brasileiros vivem nas calçadas.

Um levantamento realizado no ano passado indicou a existência de 31.992 brasileiros nessa situação.

Mas foi pesquisa parcial, excluindo diversas grandes cidades, como São Paulo e Belo Horizonte.

No Rio, um estudo recente da prefeitura registrou pouco mais de dois mil cidadãos sem teto, a maioria no Centro. E 70% disseram aceitar ir para um abrigo municipal. O que é pelo menos curioso, já que o número de moradores nas calçadas não parece ter diminuído.

E há tipos diferentes de moradores de rua. Muitos dos meninos que vendem balas e biscoitos nos sinais de trânsito não são tecnicamente sem teto. Mas vivem em subúrbios distantes e não têm recursos para voltar para casa todos os dias.

Dormem onde podem durante cinco ou seis dias por semana.

E passam sábado e domingo com a família.

Principalmente, não são mendigos. Nem se drogam ou assaltam.

Esses podem ser beneficiados pelo Bolsa Família, mas só em tese: é difícil imaginar como conseguiriam frequentar escolas regularmente. E nem vamos falar dos jovens marginais que dormem nas praias e nas calçadas a qualquer hora do dia. Para esses, e para os adultos alcoólatras e doentes mentais, a assistência do Estado parece inexistente, ou pelo menos impotente.

Esta semana, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anunciou que até o fim de 2010 os moradores de rua farão parte de um grupo de 600 mil novos beneficiários do Bolsa Família. Só há um problema: uma das regras do programa é que os filhos das famílias beneficiadas freqüentem escola até os 17 anos. Não parece muito sensata a ideia de que crianças que dormem sob marquises, com um pedaço de papelão como colchão e cobertor, têm condições de ir à escola diariamente.

O ministério informou que a grande maioria dos 20.400 moradores de rua já beneficiados são adultos sem filhos. Ou seja, o problema das crianças está resolvido em todos os casos em que ele não existe.

Uma lógica impecável: o Bolsa Família só vale integralmente para famílias sem teto e sem filhos. E a tragédia diária dos meninos de rua do Rio e de outras grandes cidades — que, por infeliz coincidência, não votam — continua, portanto, à margem das benesses do principal programa social do governo federal.

Políticas Sociais são resistência à crise, afirma ministro Patrus Ananias em Recife – Sitio Eletrônico do MDS – 23/04/2009

"As políticas sociais significam a resistência à crise. Vamos superar as dificuldades". Assim o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, encerrou o discurso de inauguração de uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Recife (PE), onde cumpriu extensa agenda nesta quinta-feira (23/4). Ele manteve encontros políticos e fez uma conferência para profissionais de assessorias de imprensa.

Logo cedo, o ministro tomou café da manhã com o prefeito da capital pernambucana, João

da Costa. Em seguida, ele fez a palestra magna *"O Brasil sem fome – O papel da Comunicação nas ações estratégicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)"* na abertura da 1ª. Conferência Norte Nordeste de Comunicação no Serviço Público.

No evento, o ministro Patrus destacou as ações republicanas da comunicação do MDS, com ênfase na informação para os beneficiários. Houve grande interesse no projeto de capacitação para rádios comunitárias e surpresa com o baixo orçamento do setor – R$ 11,7 milhões para todas as ações da área, inclusive as publicitárias. Para driblar a falta de recursos, o ministro explicou que a Assessoria de Comunicação do Ministério trabalha com muitos parceiros, como rádios comunitárias, mídia pública (rádios e TVs educativas) e presença de atores que não cobram cachê nas campanhas. A Conferência termina nesta sexta-feira (24) e conta com a participação de dezenas de assessores de imprensa do serviço público e de empresas privadas.

Em seguida, Patrus Ananias almoçou no Palácio das Princesas com o governador Eduardo Campos, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, e o dramaturgo Ariano Suassuna. À tarde, ele foi ao bairro de Torrões inaugurar o CRAS Roda de Fogo, que recebeu repasse de R$ 9.591,30 do Ministério do Desenvolvimento Social. A secretária de Assistência Social de Recife, Karla Menezes, destacou que o CRAS é o espaço para acolhimento da comunidade e articulação de programas como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq). Representando o governador, o secretário de Desenvolvimento e Direitos Humanos de Pernambuco, Roldão Joaquim, destacou o compromisso permanente do ministro Patrus Ananias com o povo e com as redução das diferenças entre as pessoas. O prefeito de Recife, João da Costa, lembrou que os CRAS são fundamentais como infraestrutura e acolhimento de toda a população - idosos, trabalhadores, crianças, adolescentes.

Depois de assistir a apresentações de maracatu e atividades circenses, o ministro Patrus Ananias lembrou que Pernambuco possui 218 CRAS - sendo 22 voltados para inclusão de populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas - e 77 Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Ele lembrou que o orçamento de R$ 33 bilhões do Ministério demonstra o compromisso do presidente Lula com os mais pobres e necessitados. "Os Centros de Referência são uma excelência do espaço de acolhimento, onde podem ser realizadas ações de alfabetização, inclusão social e capacitação. Em função deste trabalho e dos programas sociais é que o Brasil está enfrentando a crise econômica internacional", afirmou.

MDS em números – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa, anualmente, R$ 2,55 bilhões para Pernambuco, beneficiando 6,4 milhões de pessoas com programas de Transferência de Renda, Assistência Social e Segurança Alimentar. Somente no Bolsa Família, 941,1 mil famílias pernambucanas foram beneficiadas em março deste ano. Também em março, Recife recebeu R$ 9,9 milhões

através do programa Bolsa Família, que atende 116 mil famílias da capital. Os recursos do MDS ajudam a manter 3,2 mil crianças no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), 57,7 mil idosos e pessoas com deficiência no Benefício de Prestação Continuada (BPC), 16 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dois Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Na área de segurança alimentar, a capital já tem um Restaurante Popular e quatro Cozinhas Comunitárias funcionando.

Nação Guarani – DenisLerrerRosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/05/2009

Ademarcação da Raposa-Serra do Sol já aparecia como o prelúdio do que estava por vir. Apesar das ressalvas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, que tornaram menos aleatórias e arbitrárias as demarcações e homologações de terras indígenas, o processo de relativização da propriedade privada e da soberania nacional segue agora o seu curso. Imediatamente após a decisão do Supremo, as agremiações ditas movimentos sociais, como o MST e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ala esquerdizante da Igreja Católica, deflagraram um processo de fragilização dessas ressalvas, procurando, nos fatos, mostrar que a lei a eles não se aplica.

Tornaram ainda mais explícitas suas posições contra a economia de mercado, a propriedade privada, o agronegócio e o Estado de Direito. Vejamos.

OCimi e os ditos movimentos sociais estão entrando numa nova etapa de formação da opinião pública nacional e internacional, propugnando pela formação de uma nação guarani. As publicações *Porantim* (Cimi) e *Sem Terra* (MST) já trazem matéria a esse respeito, pois essas organizações têm plena consciência de que sem o apoio da opinião pública nenhuma transformação política pode ter lugar. As mentes precisam ser conquistadas para que haja um espaço de abertura para mudanças. Eles estão cientes de que a política moderna, a das democracias representativas, está alicerçada na opinião pública. Utilizam-se, nesse sentido, da democracia para subvertê-la, arruinando as suas instituições.

Para que se tenha ideia da enormidade que está sendo tramada, a dita nação guarani abarcaria partes dos seguintes Estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O foco é o Estado de Mato Grosso do Sul num primeiro momento e, logo após, Santa Catarina e Espírito Santo. Cabe ressaltar que é emMato Grosso do Sul que essa luta se vai travar prioritariamente.

Eles reconhecem que perderam nesse Estado a primeira batalha política junto à opinião pública pela disputa desses territórios indígenas. Houve forte reação de proprietários rurais, parlamentares e do próprio governador, impedindo uma primeira tentativa de amputação de cerca de um terço de seu território.

Naquele então, o discurso apresentado era de que se tratava apenas de uma nova demarcação, que corrigiria uma "injustiça" histórica. Em suma, afetaria apenas alguns proprietários.

Ora, já naquela ocasião o que estava em pauta era a formação de uma nação guarani, projeto que ainda não dizia explicitamente o seu nome. Agora estão preparando a segunda batalha, com a bandeira guarani orientando os seus movimentos.

Novas portarias da FUNAI se inscrevem nesse processo em curso.

Anação guarani não está, porém, restrita a esses Estados brasileiros, mas se estende a outros países: Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Segundo eles, a Bolívia já trilha esse caminho político, necessitando apenas ser apoiada no que vem fazendo, destruindo, na verdade, as frágeis instituições daquele país. O foco, aqui, seria o Paraguai, onde o processo se inicia com um presidente simpatizante da "causa" e que, via Teologia da Libertação, compartilha os mesmos pressupostos teóricos do Cimi, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do MST.

Entendem-se, portanto, melhor a sustentação dessas agremiações políticas ao presidente Lugo e a política adotada de apoio às invasões das terras dos brasiguaios.

A identidade brasileira não lhes interessa.

Para granjear a simpatia da opinião pública internacional criaram um site global, hospedado nos EUA, assumido por uma ONG holandesa e alimentado pela regional do Cimi de Mato Grosso do Sul. Observese que é o próprio Cimi que elabora o conteúdo de um site internacional (*www.guarani-campaign. eu*), visando a interferir, dessa maneira, nos assuntos brasileiros, escolhendo como alvo o Estado de Mato Grosso do Sul. Aliás, o site é muito bem feito, começando por uma apresentação gráfica da América Latina sem fronteiras, sob o nome de Ameríndia. A verdadeira América Latina seria a pré-colombiana.

Provavelmente pensam, no futuro, em expulsar todos os brancos e negros, europeus, africanos e asiáticos, que deram, pela miscigenação, a face deste nosso Brasil!

Como não poderia deixar de ser, o site comporta várias versões: em português, inglês e holandês, estando prevista a sua ampliação para o alemão. Para quem se preocupa com a opinião pública internacional, busca apoio político e financiamento na Europa e nos EUA, uma ferramenta desse tipo é vital. É ela que terminará alimentando as pressões exercidas sobre o Brasil e subsidiará, também, os formadores de opinião nacionais e internacionais.

Consoante com esse trabalho, foi elaborando um mapa da nação guarani, denominado Guarani Retã, que englobaria os Estados brasileiros acima listados e os países latino-americanos vizinhos. Chama a atenção o fato de a América Latina ser apresentada como um território verde, sem fronteiras nacionais, com o lema "terra sem males". Procedimento semelhante foi adotado com o mapa quilombola, elaborado pela Universidade de Brasília, que orienta hoje as ações da Fundação Palmares, do Incra e dos ditos movimentos sociais. A estratégia política é a mesma.

O Cimi, em suas publicações, reconhece ainda a aliança estratégica com o MST, que lhe ofereceu apoio logístico e organizacional em invasões e outras manifestações, como campanhas de abaixo-assinados. Exemplo recente seria Roraima, com "assessores" emessetistas "ajudando" os indígenas em plantações de arroz. Esses "brancos", aliás, podem lá entrar! Reconhecem, inclusive, que tal aliança foi operacional no Espírito Santo, na luta contra a Aracruz, pois, como se sabe, as plantações de eucaliptos e a indústria de papel e celulose são símbolos, a serem destruídos, do agronegócio.

Outros já estão na mira

Fusão Perdigão-Sadia preocupa avicultores – José Mashio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009

Com a criação da Brasil Foods, produtores temem perder poder de barganha, reduzindo ainda mais sua rentabilidade

Menor produção de aves, por causa da crise, e maior tempo com barracões vazios trarão perda de renda e dificuldades aos produtores

As aves estão na rotina diária da família Rekowsky, do distrito de Novo Sobradinho, em Toledo, no oeste do Paraná, a 552 km de Curitiba.
A atividade de Edemar, 48, da mulher, Maria Marlene, 49, e dos filhos Jeferson, 26, e Gustavo,19, é cuidar de pintainhos de um dia até eles completarem 45 dias e se tornarem os frangos que o brasileiro está acostumado comprar, já embalados, nos supermercados.
E os cuidados não são poucos. Cabe aos Rekowsky manterem a temperatura dos barracões de sua granja, onde são alojadas as aves no chamado conforto térmico (em torno de 21C), observar possíveis incidências de doenças, acompanhar a conversão alimentar (relação entre ração gasta e engorda das aves).
Essas são as principais atividades de um produtor integrado, o elo mais frágil da cadeia produtiva de aves no país. Integrados à Sadia, os Rekowsky possuem quatro barracões com capacidade para alojar 60 mil aves no total. Há um ano, no auge das exportações de frango, a atividade era rentável.
Neste ano, atingidos pela crise mundial, a família se mantém na atividade devido aos investimentos feitos. Possui R$ 600 mil em barracões e equipamentos na granja. Mas teme diminuir seu poder de barganha com a Brasil Foods, da incorporação da Sadia pela Perdigão, o que pode piorar ainda mais a rentabilidade da família.
""Hoje, para ficar ruim, tem de melhorar muito. As empresas, na crise, enxugam para sobreviver, mas o produtor paga a conta", diz Edemar.
O produtor afirma que, com a crise, a Sadia diminuiu o número de aves entregues em cada lote (de 15 mil para 13,5 mil nos seus barracões) e ainda alargou o espaço do vazio sanitário, que é um período de tempo em que os barracões ficam vazios -após um lote ser entregue à indústria- e são preparados para receber nova leva de aves.
O espaço sanitário na granja dos Rekowsky era de 12 dias há um ano. Hoje, chega a 28 dias. No final do ano, em vez de entregar seis lotes à Sadia, serão entregues apenas quatro. Isso reflete na perda de renda e dificuldades para o produtor.

Vazio sanitário
Outro pequeno integrado, Eloi Stertz, 48, também de Toledo, engordava 15 mil frangos para a Sadia em 2008. Neste ano, está alojando 13,5 mil.

A maior reclamação de Stertz não é com a diminuição do número de aves, mas com o vazio sanitário que durou 32 dias em vez dos tradicionais 12 dias. ""Se com a Sadia já está difícil, imagina com essa nova empresa, que é muito maior. Será muito mais difícil negociar com ela."
Ainda no distrito de Novo Sobradinho, um outro produtor colocou, há duas semanas, sua propriedade à venda. Ele investiu em barracões e perdeu um lote com salmonela (doença grave em aves), atrasou os financiamentos e se inviabilizou na atividade.
Para combater situações como essa, em 2007, produtores de aves criaram a Aaviopar (Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná). O presidente da entidade, Luiz Ari Bernartt, 60, se diz preocupado com o futuro dos integrados.
Segundo ele, o preço médio pago pela indústria por ave pronta para o abate é de R$ 0,38, para um custo médio de produção de R$ 0,36 para o integrado. ""É uma situação de risco muito grande. Qualquer problema no ciclo da ave se transforma em prejuízo para o produtor", afirma.

Sadia admite paradas para adequar oferta – José Mashio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009

DA AGÊNCIA FOLHA, EM TOLEDO

A Sadia, que tem uma de suas unidades industriais em Toledo (PR), informou ontem que entre o final do ano passado e o início deste ano incluiu, em sua programação produtiva, paradas técnicas em algumas linhas de abate de aves.
O objetivo era ""equilibrar oferta e demanda". Segundo a empresa, em nota de sua assessoria de comunicação, essas paradas técnicas levaram a produção de aves a uma readequação dos alojamentos (menor número de aves por lotes).
A empresa informou ainda que os intervalos na entrega de lotes de aves aos produtores integrados deverão voltar à normalidade (prazo de 12 dias de vazio sanitário) nos próximos meses. Segundo a nota, outras empresas do segmento tomaram as mesmas medidas que a Sadia nesse período.
Sobre a preocupação dos produtores com as negociações com a nova empresa, a Brasil Foods, a Sadia informou que nada mudará na relação com os integrados.
""É importante ressaltar que Sadia e Perdigão continuarão atuando de forma independente até que as autoridades de defesa de concorrência concluam a análise da operação. Portanto nada muda no momento no relacionamento que ambas as companhias mantêm com seus produtores integrados", informa a nota. **(JM)**

Nova empresa traz otimismo a produtor de suíno – José Mashio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009

DA AGÊNCIA FOLHA, EM TOLEDO

Os produtores de suínos, integrados à Sadia, estão mais otimistas que seus colegas do setor de aves com a Brasil Foods, que surge da incorporação da Sadia pela Perdigão. A expectativa é que a nova empresa amplie o mercado da carne de porco brasileira no exterior.

Considerado um integrado modelo no setor de suínos, Agostinho Mazzarollo, 48, engorda lotes de 1.200 porcos a cada quatro meses para a Sadia em Toledo (oeste do PR). Diz estar otimista com a possibilidade de novos mercados. ""Mas um otimismo bem realista, pois os ganhos deixaram de ser atraentes no último ano."

Ele afirma que em 2007 tinha condições de colocar dinheiro na poupança, à espera de pagar o financiamento de seus dois barracões. No último semestre (o financiamento é abatido em parcelas semestrais), teve de complementar o pagamento de uma cota de R$ 21 mil com recursos de outras atividades, que possui em sua propriedade de 13,5 hectares.

Não contratar mão de obra para cuidar da terminação (engorda do animal) dos 1.200 suínos é determinante para se manter na atividade. Mazzarollo cuida sozinho da criação, com a eventual ajuda do filho Valério,18, nas suas folgas da faculdade de educação física. ""Se tiver de pagar funcionários, a atividade fica inviável."

Já o empresário rural Ademir Geremias, 43, é parceiro da Sadia em Toledo em unidade produtora de leitões. Com estrutura mais sofisticada tecnologicamente (com laboratório para inseminação artificial) em relação aos terminadores integrados, Geremias produz os leitões que são distribuídos pela indústria a esses terminadores.

Com 15 funcionários em uma unidade que ocupa 3 dos 95 hectares de sua propriedade, Geremias entrega, semanalmente, 730 leitões de 63 dias à Sadia. No contrato com a empresa, Geremias cuida de 1.600 fêmeas e 14 machos (utilizados para inseminação) e banca os custos com mão de obra e infraestrutura da unidade.

Ele recebe, em média, R$ 23,50 por leitão entregue à indústria, o que faz com que tenha faturamento bruto, por semana, de R$ 17 mil. Já os produtores integrados na terminação recebem, em média, R$ 18 por animal engordado após um ciclo de 120 dias. **(JM)**

Associação prevê vender mais aves à Ásia – Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2009

Setor começa a mostrar reação à crise; exportações cresceram 2% no 1º quadrimestre em relação a 2008

A abertura de novos mercados na Ásia deverá impulsionar o crescimento em 5% das

exportações brasileiras de aves em 2009. A estimativa é do presidente da Abef (Associação Brasileira dos Exportadores de Frango), Francisco Turra.
Ele disse que a criação da Brasil Foods, fusão entre a Sadia e a Perdigão, fortalecerá a posição brasileira como maior exportador mundial de frango.
"Quando surge um gigante como esse, nós mostramos ao mundo que o Brasil está preparado para enfrentar essa guerra. Haverá uma presença mais forte do Brasil, como se deu com a AmBev", disse Turra durante o Congresso Brasileiro de Avicultura, aberto ontem em Porto Alegre (RS).
Em 2008, o Brasil obteve receitas de US$ 6,9 bilhões com a exportação de 3,6 milhões de toneladas de aves, o que representou incremento de 11% em relação a 2007. Mas houve uma forte redução das vendas no último trimestre.
Abalado pela retração do crédito, o setor avícola começa agora a exibir sinais de reação à crise. Nos quatro primeiros meses de 2009, foi embarcado para o exterior 1,1 milhão de toneladas de frango -mais 2% em relação a igual período de 2008. Embora tenha havido retração nas vendas do primeiro trimestre, em abril as exportações somaram 330 mil toneladas, quase 20% mais do que no mesmo mês de 2008.
A expectativa de crescimento do setor está sendo puxada principalmente pela abertura de mercados na África e na Ásia. O principal deles é o da China, cujo anúncio de liberação para o frango brasileiro ocorreu na semana passada.
"A abertura da China é emblemática, é um selo, um passaporte para entrar na Ásia toda e, além disso, trata-se de um mercadão, com 1,38 bilhão de bocas comendo uma média de dez quilos de frango por ano", afirmou o presidente da Abef.
Segundo ele, a valorização do real diante do dólar é hoje a principal preocupação do setor.
Neste ano, há expectativa de crescimento da produção em torno de 5%, para 11,4 milhões de toneladas, segundo a União Brasileira de Avicultura.

Muito além do Bolsa Família – Rodrigo Maia – O Globo – Opinião – 28/05/2009

Lamento desapontar, com uma só cajadada, o triunfalismo governista, autossuficiente e mesquinho, e o radicalismo oposicionista, conservador e desconfiado.

Este é o momento de suspender as disputas estéreis e reconhecer que chegou a hora de transformar em realidade a tão temida utopia do "a cada um conforme as suas necessidades".

Os avanços sociais em desenvolvimento no país — cuja implantação se desenvolveu nos últimos 15 anos — esgotaram sua potencialidade e precisam ser substituídos por uma Agenda Família que os consolide. Ou viveremos o retrocesso imposto pela corrupção e oportunismo populista que desgastam, por exemplo, o Bolsa Família.

A proposta não é uma improvisação e ou balão de ensaio oportunista, mas resultado de uma decisão partidária que me cabe proclamar: o Democratas considera que se deve

aproveitar a crise, quando desmoronam os mitos da prosperidade econômica e se impõem mudanças radicais na sociedade, para pôr fim às discussões estéreis e demolidoras, exclusivistas e perigosamente negativistas.

Estrategicamente, este é o momento dos brasileiros superarem qualquer tipo de oportunismo políticopartidário e assumirem como conquistas coletivas os avanços de promoção social realizados até agora por diferentes governos, politicamente antípodas.

A tradição brasileira foi sempre combater e recusar propostas de justiça social, considerando-as visionárias ou simplesmente subversivas. Ou então, quando assumidas por setores conservadores ou liberais, como demagógicas e clientelistas. Sempre recusadas hoje para serem reconhecidas mais tarde.

Os anais do Congresso mostram que, nos anos 20, todo repertório de legislação social que seria consagrado nos anos 30 e 40 foi proposto e recusado. Da mesma forma, conquistas democráticas, hoje irreversíveis — definidas a partir da Constituição de 1988 — eram proclamadas temeridades nos tempestuosos anos 50 e 60, refletindo justamente a excessiva prudência da Constituinte de 1946.

É lamentável a resistência de numerosos setores da sociedade brasileira à compreensão de que foram superados fenômenos ideológicos que graduaram as posições de direita, esquerda e centro. No entanto, tal renitência pode sacrificar princípios de justiça e processos humanitários. Visando à desmontagem de resistências a uma ação conjunta de partidos políticos e grupos ideológicos, propõese uma crítica metódica.

O fato marcante, datado de 1993, foi a adoção no país do conceito "Proteções Sociais" que estabeleceu uma ordem consequente de iniciativas que contiveram os arroubos de "queimar etapas" e deu sentido de acumulação à sequência de avanços. Pela primeira vez entraram em cena, associados, uma extraordinária geração de acadêmicos, falando a língua da modernidade e que levavam para o serviço social as contribuições multidisciplinares da Sociologia, Antropologia, História, Economia, Direito, Filosofia.

O marco foi o "Benefício de Prestação Continuada", para idosos e deficientes, que rompeu resistências históricas e considerou legítimo amparar, como dever do Estado, aqueles que antes dependiam do voluntarismo da caridade pública. A palavra "cidadania" abandonou a retórica empolgante dos que se opunham à ditadura militar e rompeu o front da semântica. Hoje, quem é capaz de reclamar e se opor aos R$ 13 bilhões que o país investe no Benefício de Prestação Continuada de 3 milhões de idosos e deficientes? Veio em seguida o Peti — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil —, que retirou 1milhão de crianças do desvio degradante da oportunidade de educação e crescimento saudável.

O segundo importante marco foram as primeiras tímidas experiências localizadas, as Bolsas Escola, de Campinas e Brasília, que tiveram o mérito do efeito demonstração: eram não apenas socialmente justas, mas economicamente corretas e orçamentariamente razoáveis.

Sua expansão nacional, porém, dependia da implantação do Cadastro Único de Programas Sociais, criado em 2001, e sem o qual — inclusive pela criação das várias bolsas que depois se somaram — não haveria o atual Bolsa Família, que atende 11 milhões de famílias, ao custo de R$12 bilhões/ano. As políticas de Transferência de Renda, desafiando céticos, negativistas e reacionários, criando uma nova e importante dificuldade para os

políticos corruptos que é fraudar os cruzamentos digitais e os sistemas de segurança dos programas de computador.

Chegamos, portanto, no limiar de uma terceira etapa. Propomos que esses avanços se articulem através da Agenda Família, que representará o enfrentamento da pobreza em ações diversas e flexíveis em função da enorme variedade das inseguranças sociais, pois se, para alguns, o foco da indigência é a habitação, noutros é a saúde, a educação, o emprego ou a qualificação profissional. A etapa que se apresenta é quase um rescaldo de incêndio na medida em que, complementandose as ações genéricas, faz-se o atendimento específico dos casos.

Este é o primeiro grande desafio do século XXI à sociedade brasileira.

China, Bolsa Família, BC e o real – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/07/2009

É MAIS DIFÍCIL isolar um Banco Central de pressões políticas de origem popular em democracias pobres. Altas de juros degradam as condições de vida, o que pode suscitar protesto político. Em economias mais arrumadas, o impacto do aperto monetário pode ser menor. Menor ainda se houver um amortecedor, um colchão social.

Programas de transferências sociais de renda, muito incrementados no governo Lula, providenciaram tal colchão. Assim, de certo modo e talvez inadvertidamente, comprou-se o relativo isolamento do BC, também chamado de autonomia.

Note-se que políticas dessa natureza eram recomendações do esquecido "Consenso de Washington", o decálogo do "perfeito idiota neoliberal", diriam petistas, que hoje comem nesse prato em que cuspiam.

Há decerto mortos, feridos, queixas teóricas e a crítica da indústria, por exemplo. Mas esse caldo não engrossa "nas bases" e, assim, não induz políticos com poder de decisão ou pressão a intervir de modo significativo na ilha tecnocrática do BC. Ou no grosso da política econômica.

Este é só um aspecto do pacto de estabilidade luliano. Lula logrou ainda tanto reduzir a dívida pública (fez superávits fiscais primários suficientes) como elevar a despesa do governo, em parte destinada à compra do colchão social. A alta do gasto público, do consumo privado e até do investimento não acabou em inflação e/ou déficit externo desagradáveis ou em suspeitas a respeito da solvência externa do país devido: a) ao crescimento sino-asiático, que incrementou nossas exportações; b) à política de redução da dívida externa e/ou acumulação de reservas.

O "modo de produção asiático", digamos, com seus trabalhadores mal pagos, ainda barateou bens de consumo pelo mundo e por aqui. Juros baixos e a louca expansão do crédito mundial também ajudaram. O conjunto dessa obra (a atitude do BC "alemão" do

Brasil, a alta das commodities e o capital sobrante no mundo) valorizou o real, o que significou um aumento adicional do poder de compra da população.

Então chegamos a meados de 2008, quando o BC elevava os juros devido ao excesso no gozo dessa dita bonança. Haveria então redução no crescimento, menor talvez que a hoje imposta pela crise. Como nem a recessão tem suscitado revolta, menos ainda o faria a contenção do PIB ditada pelos juros. Mas não foi possível testar a retomada do "business as usual" no Brasil, pois veio a crise.

A despiora na economia mundial, porém, criou uma situação que replica, de modo caricato, os dias finais do período de bonança de 2008, de alta especulação. Há discreta melhora na China. Cai o medo de novo desastre financeiro (há "apetite por risco"). Há excesso de dinheiro barato (juro zero no mundo rico), mas EUA e cia. não consomem. O tsunami de dinheiro então sobrante derruba o dólar, encarece o real, infla commodities: desembestam os capitais à procura de rentabilidade.

Não se sabe se tal bolhinha vai estourar. Mas o resumo da ópera é que o Brasil segue flutuando nessas marés, anestesiado pelo pacto luliano e pela dependência da China. Mudar tal situação (e pois a "armadilha cambial") implica mudar um pacto político interno e a relação com o resto do mundo. Nada simples. **vinit@uol.com.br**

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq, actionaid, CIRAD, IICA, nead, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil Um País de Todos, Governo Federal